

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - JORNALISMO

NATHALIA TESSLER

**Colonialidade do poder, colonialidade do saber: análise da bibliografia básica do  
curso de graduação em comunicação social – jornalismo da UFRGS**

Porto Alegre

2016

NATHALIA TESSLER

Colonialidade do poder, colonialidade do saber: análise da bibliografia básica do curso  
de graduação em comunicação social – jornalismo da UFRGS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Sergio Baptista da  
Silva

**Coorientador:** Prof. Dr. Pablo Quintero

Porto Alegre

2016

## CIP - Catalogação na Publicação

Tessler, Nathalia  
Colonialidade do poder, colonialidade do saber:  
análise da bibliografia básica do curso de graduação  
em comunicação social - jornalismo da UFRGS / Nathalia  
Tessler. -- 2016.  
86 f.

Orientador: Sergio Baptista da Silva.  
Coorientador: Pablo Quintero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação  
Social: Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. jornalismo. 2. currículo . 3. colonialidade .  
4. alteridade. I. Baptista da Silva, Sergio, orient.  
II. Quintero, Pablo, coorient. III. Título.

Colonialidade do poder, colonialidade do saber: análise da bibliografia básica do curso  
de graduação em comunicação social – jornalismo da UFRGS

Monografia apresentada à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva

Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Veiga da Silva

Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ilza Maria Tourinho Girardi

Examinadora

Porto Alegre, julho de 2016

## AGRADECIMENTOS

*“O que fazer diante do horror? Retomar a palavra, a que atravessa os muros. Enfrentar o desafio de construir uma narrativa, necessariamente polifônica, sobre o momento, em todos os espaços. Não desviando das contradições, para evitar que elas manchem a limpidez do discurso. Ao contrário. Abraçando-as, porque elas criam o discurso”.*

Eliane Brum

Este trabalho não seria possível sem o Pablo, o orientador mais compreensivo e prestativo que eu poderia ter encontrado nessa UFRGS, que me fez refletir para além da Colonialidade do Poder. Ele provavelmente não sabe, mas me deu a certeza de que meu caminho é abraçar o contraditório que cria os discursos dos quais sou parte, ao invés de negar os paradoxos - eternos fantasmas do meu passado que teimam em assombrar meu presente.

Agradeço à minha família, que admiro e que me deu asas para voar. Se não tivesse para onde voltar, não iria tão longe. A coragem, a falta de medo - que tanto preocupa aqueles que me amam - e a certeza de que posso conquistar o que eu quiser é fruto de apoio incondicional e desse muito, imenso, inesgotável bem querer.

Este trabalho também tem um pouquinho da Jéssica, que doou seu tempo e me guiou pelos caminhos tortuosos do *software* de pesquisa, e do Henrique, que durante os quatro anos e meio de graduação esteve junto comigo em todos os momentos. Também agradeço ao Guilherme pelas dicas valiosas.

Ao Ale, que me deu os incentivos para não desistir e que renova minhas esperanças na realização de sonhos (im)possíveis.

## RESUMO

Este trabalho analisa qualitativamente e quantitativamente as leituras da bibliografia básica essencial das disciplinas obrigatórias do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul referentes ao primeiro semestre de 2016. Através das lentes teóricas da Colonialidade do Poder, buscou-se propor uma discussão sobre o caráter eurocêntrico no ensino das ciências sociais latino-americanas. Discute-se o currículo como instrumento de manutenção de sistemas de poder e o jornalismo como um dos caminhos para pautar uma mudança nos paradigmas hegemônicos do sistema-mundo liberal e moderno do ocidente. Através de uma análise qualitativa, foram categorizados 79 textos e 88 autores. Logo após, o corpus catalogado foi ordenado quantitativamente revelando, entre outras variáveis, que 63% dos autores estudados são brasileiros, 35% são europeus ou norte-americanos, 2% de outras nacionalidades e nenhum é proveniente dos demais países latino-americanos. A pesquisa mostrou ainda que todos os 79 textos, mesmo quando levando em conta características do nosso país, tratam dos temas a partir de uma perspectiva local nortenha, mas que é considerada universal. Há 66 autores e 22 autoras, de etnia majoritariamente branca (92%). Conclui-se que a hipótese inicial, de que os estudos de jornalismo da UFRGS tem caráter predominantemente eurocêntrico, foi confirmada.

**Palavras-chave:** jornalismo - currículo - colonialidade - alteridade

## ABSTRACT

This paper analyses both qualitatively and quantitatively the reading material recommended as basic bibliography in mandatory courses of Journalism degree at Federal University of Rio Grande do Sul in the first semester of 2016. By the theoretical view of Coloniality of power, it aimed to propose a discussion about the eurocentric inclination in the Latin-American social science studies. The curriculum is questioned as an instrument that helps to maintain the systems of power, and journalism is questioned as one of the available ways to bring a change at the occidental liberal and modern world-system paradigms. By qualitative analysis, 79 texts and 88 authors were categorized. After that, the cataloged corpus was arranged quantitatively, showing among other variables, that 63% of the authors are Brazilian, 35% of them are European or North-Americans, 2% are from other places and none are from other Latin-American countries, besides Brazil. The research showed that all of the 79 texts, even when considering the Brazilian reality, don't bring to account the specialties of the area, because they treat the themes and subjects from a Northern but pretending-to-be universal view. There are 66 men authors and 22 women authors, mostly white people (92%). This study concludes that the journalism degree in this University is largely eurocentric, as claimed by the original hypothesis.

**Key words:** journalism - curriculum- coloniality - alterity

**LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1:** O poder, os elementos do poder e os âmbitos básicos da existência social....50
- Figura 2:** Reprodução da ações sociais impulsionadas pelo conflito .....53
- Figura 3:** Página do NVIVO no momento da seleção do texto a ser classificado .....59
- Figura 4:** Classificação dos textos em Nós no NVIVO.....62



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Os resultados da análise do gênero dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 .....63
- Gráfico 2:** Os resultados da análise da etnia dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos .....65
- Gráfico 3:** Os resultados da análise da etnia dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens .....66
- Gráfico 4:** Os resultados da análise da origem dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens.....67
- Gráfico 5:** Os resultados da análise da origem dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos.....68
- Gráfico 6:** Os resultados da análise da proporção entre as teorias locais e universais dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1.....70
- Gráfico 7:** Os resultados da análise dos tipos de textos (teóricos, práticos ou literários) que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos.....71

**Gráfico 8:** Os resultados das análises dos assuntos dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens .....72

**Gráfico 9:** Os resultados das análises dos assuntos dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos.....73

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O papel da Academia e do Jornalismo nas mudanças de paradigmas sociais</b> .....	19
1.1 <i>Poder e verdade</i> .....	19
1.2 <i>O Currículo</i> .....	32
<b>2 Aníbal Quijano e a Colonialidade do Poder</b> .....	42
2.1 <i>Contextualização e introdução ao pensamento de Quijano</i> .....	44
2.2 <i>A Colonialidade do Poder</i> .....	47
2.3 <i>A estruturação da sociedade na América Latina segundo a Colonialidade do Poder</i> .....	49
2.4 <i>Os meios de comunicação e as instituições de ensino sob a perspectiva da Colonialidade do Poder</i> .....	52
<b>3 A colonialidade no currículo da UFRGS: uma pesquisa empírica</b> .....	55
3.1 <i>Metodologia</i> .....	56
3.1.1 <i>O corpus</i> .....	56
3.1.2 <i>A classificação dos textos e autores em categorias</i> .....	59
3.1.3 <i>A análise dos resultados</i> .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77
<b>ANEXOS</b> .....	79
<b>1 Corpus da pesquisa: as leituras da bibliografia básica essencial em capturas de telas dos planos das disciplinas do curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo da UFRGS.</b> .....	79
1.1 <i>Etapa 1</i> .....	79
1.1.1 <i>Comunicação, história e sociedade</i> .....	79
1.1.2 <i>Ética, legislação e atuação profissional</i> .....	80
1.1.3 <i>Fundamentos de rádio e televisão</i> .....	80
1.1.4 <i>História da imprensa</i> .....	80

	11
<u>1.1.5 Teorias da imagem</u> .....	80
1.2 Etapa 2.....	80
<u>1.2.1 Introdução à fotografia</u> .....	80
<u>1.2.2 Mídia impressa</u> .....	81
<u>1.2.3 Mídias audiovisuais</u> .....	81
<u>1.2.4 Teoria e técnica da notícia</u> .....	81
1.3 Etapa 3.....	81
<u>1.3.1 Comunicação e cidadania</u> .....	81
<u>1.3.2 Comunicação na web</u> .....	81
<u>1.3.3 Fotojornalismo</u> .....	81
<u>1.3.4 Jornalismo impresso I</u> .....	82
<u>1.3.5 Teoria e técnica da entrevista jornalística</u> .....	82
<u>1.3.6 Teorias da comunicação</u> .....	82
1.4 Etapa 4.....	82
<u>1.4.1 Cibercultura</u> .....	82
<u>1.4.2 Jornalismo impresso II</u> .....	82
<u>1.4.3 Planejamento gráfico em jornalismo</u> .....	82
<u>1.4.4 Radiojornalismo I</u> .....	83
<u>1.4.5 Telejornalismo I</u> .....	83
1.5 Etapa 5.....	83
<u>1.5.1 Comunicação e política</u> .....	83
<u>1.5.2 Jornalismo impresso III</u> .....	83
<u>1.5.3 Radiojornalismo II</u> .....	83
<u>1.5.4 Telejornalismo II</u> .....	84
<u>1.5.5 Teoria do jornalismo I</u> .....	84
1.6 Etapa 6 .....	84
<u>1.6.1 Jornalismo impresso IV</u> .....	84

	12
<u>1.6.2 Metodologias de pesquisa em comunicação</u> .....	84
<u>1.6.3 Radiojornalismo III</u> .....	84
<u>1.6.4 Telejornalismo III</u> .....	84
<u>1.6.5 Teoria do jornalismo II</u> .....	85
1.7 Etapa 7.....	85
<u>1.7.1 Estudos críticos da comunicação</u> .....	85
<u>1.7.2 Ética e jornalismo</u> .....	85
<u>1.7.3 Jornalismo e administração</u> .....	85
<u>1.7.4 Webjornalismo</u> .....	85

## INTRODUÇÃO

Nestas páginas o leitor vai encontrar muito mais perguntas do que respostas. Aqui reunidos estão os questionamentos feitos durante os 4 anos e meio de formação, cujas respostas não foram contempladas - como era, afinal, de se esperar em um curso de graduação. Depois de passar por todas as disciplinas teóricas e práticas, com leituras, trabalhos acadêmicos, cadeiras eletivas de outros departamentos, saídas para a realização de reportagens e entrevistas, aprendi a tentar seguir o padrão de excelência esperado e a criticar “o jornalismo que está aí”: a escolha das fontes foi a melhor possível? Por quê a edição foi feita desta forma? Este texto está claro, segue a ordem da pirâmide invertida? O repórter fez as perguntas corretas? A abordagem está tendendo para algum lado, há algo que deixamos passar? Este procedimento foi ético? Muito se critica para capacitar-se, para ser o melhor profissional possível. Tentamos aprender com os erros alheios. Mesmo assim, em nenhum momento, entre todas as críticas praticadas, encontrei o cerne das questões, algum relance de respostas para o motivo de algumas escolhas para o jornalismo serem hegemônicas - o tal do padrão de qualidade -, do por quê do sexismo e do racismo seguirem presentes em várias representações em pleno século XXI. Todas as explicações me pareceram não serem condizentes com a realidade da nossa população. Claro que estudamos teorias importantíssimas. Nenhum dos textos componentes do corpus são dispensáveis. Mesmo assim, as teorias dos estudos críticos da comunicação, o ritmo acelerado das redações, a dependência de anunciantes para a manutenção do funcionamento das empresas de comunicação, a falência do atual modelo de se fazer jornalismo e a emergência da internet, entre outras escusas frequentemente oferecidas como justificativa para o tipo de jornalismo que aprendemos a fazer e que criticamos, não parece ser suficiente. Vinha sentindo que deixaria a universidade sem ter visto uma teoria que dê conta, ao mesmo tempo, de explicar por quê nas páginas de jornais encontrarmos culpabilização de vítimas de

estupro, racismo, invisibilidade indígena, relativização de número de mortos em uma tragédia periférica, como a guerra na Síria, e cobertura extensa de outra com menos mortos, como atentados em capitais europeias (um dos critérios de noticiabilidade não é a dimensão da tragédia, afinal?), entre outros fenômenos. O feminismo e as perspectivas de gênero dão conta de alguns casos, demais teorias lidam com outros. Mas me parecia necessário dar um passo para trás e observar o quadro geral: alguma relação deveria haver entre todos esses episódios.

Foi durante um semestre na Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, que tudo o que havia aprendido até então sobre comunicação, jornalismo, ciências da informação e ciências sociais foi posto em um liquidificador, batido, debatido, misturado e resignificado. Em duas de três disciplinas que cursei, com súmulas e títulos correspondentes à cadeiras *fabicanas*, a perspectiva da Colonialidade do Poder foi abordada em textos riquíssimos, com conteúdos que não posso voltar a ignorar. Pode parecer exagero, mas a sensação é a de haver saído de uma bolha e de repente perceber que tudo lá fora faz sentido. Meu abalo não é algo excepcional. Segato (2014) cita que, uma vez que se entra em contato com as perspectivas descoloniais, não há retorno. No intercâmbio encontrei, como efeito colateral, uma possível resposta para minhas inquietações. Este trabalho é uma tentativa de explorá-la e, quem sabe, dar um pequeno passo no sentido de introduzir este campo de estudos na FABICO e na UFRGS, já que, em buscas no repositório digital da universidade, se encontram poucos trabalhos sobre o assunto. Como acontece frequentemente em pesquisas e conforme o esperado, acabei encontrando ainda mais questionamentos durante a elaboração deste texto.

Paralelo ao número de perguntas, também há muitas motivações para a realização deste trabalho. Entre elas, destaco aqui as principais: a recente reforma dos currículos dos cursos de jornalismo no país impulsionada por diretriz do MEC, o atual momento político brasileiro (que ajudou a revelar - como em outros momentos da

história - o caráter dos meios de comunicação massivos no Brasil), a questão da representatividade de diferentes segmentos da população dentro da universidade e de conteúdos a elas relacionado, a percepção, adquirida em contato com uma universidade *hermana*, de que nossa universidade não é tão democrática (no sentido de incentivar a participação de toda a comunidade acadêmica) quanto poderia, entre outros fatores.

Pormenorizando alguns deles: em 2013 o MEC aprovou novas diretrizes para os cursos de jornalismo brasileiros. A UFRGS engajou professores e alunos na reforma do seu currículo, dialogando com a comunidade acadêmica, conciliando divergências ideológicas, lutando contra a incompatibilidade do tipo de qualificação dos professores para suprir as demandas dos alunos em algumas áreas e lidando com a impossibilidade de outros departamentos em receber os estudantes de jornalismo em suas disciplinas. O resultado, apesar dos esforços, foi considerado insatisfatório pelos alunos, como ficou evidente no discurso de formatura em comunicação social de 2015/2<sup>1</sup>. Porém, apesar da reforma da estrutura com o acréscimo e a subtração de cadeiras, me pareceu necessário averiguar se algo mudará em relação às aproximações e ao tipo de teorias priorizadas no ambiente acadêmico. A matéria Estudos Críticos da Comunicação, por exemplo, incluirá teorias antes não abordadas ou a mudança se limitou ao aumento de carga horária? São necessários estudos dos conteúdos dos currículos para verificar o aumento ou a diminuição na qualidade da formação no que diz respeito à pluralidade. É preciso cuidado e atenção para, além de ensinar conteúdos técnicos indispensáveis e teorias clássicas, promover também um ensino relevante para a região, tornando a universidade brasileira um polo de produção de conteúdo significativo no cenário mundial a partir da perspectiva latino-americana, e não uma de geradora de ecos dos saberes já alicerçados e hegemônicos. Assim, talvez será possível a construção de uma universidade mais plural e pertinente no que diz respeito à realização de pesquisas científicas e à formação

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wS0NR5mWDdY>



de pensadores críticos, e não só de mão de obra para o mercado de trabalho ou de pesquisadores que seguem caminhos já consolidados.

Além disso, a lei nº 12.711, conhecida também como Lei de Cotas, de 2012, exige que até este ano 50% das vagas em universidades públicas sejam destinadas a egressos do ensino público, negros, pardos e indígenas. Apesar da maior representatividade dessas populações nas universidades brasileiras nos últimos anos, o panorama pode ser revertido devido às múltiplas controvérsias que gera na comunidade acadêmica e no país como um todo. Em um cenário político instável e em constante disputa, onde leis já aprovadas podem ser revogadas, é fundamental que a universidade não dependa apenas da representatividade para avançar em pautas importantes para os grupos em situação de subordinação sócio-econômica, política ou cultural, e possa proporcionar aos estudantes conhecimento sobre temas sociais diversos e fundamentais a partir de uma perspectiva e olhar latino-americanos. Assim, poderemos produzir conteúdos ajustados à realidade da região e da sua população.

O Brasil está intelectualmente afastado dos países vizinhos no que diz respeito às percepções de si mesmo nas ciências sociais, o que é prejudicial na formação de uma coalizão forte e reivindicadora de direitos no cenário internacional. O jornalismo, como ciência social aplicada, tem o poder de ajudar a influenciar positivamente este quadro, mas apenas poderá fazê-lo com profissionais engajados e informados sobre o tema.

Edgardo Lander afirma que “a busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal”. (LANDER, 2005, p.23). Portanto, para o autor é necessário um questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação desta ordem social. Este trabalho é um esforço neste sentido, na medida em

que questiona os moldes do ensino e da prática jornalística enquanto ciência social aplicada, instrumento de divulgação de informações relevantes para a sociedade e instância formadora de opinião. As faculdades de jornalismo, como local de aprendizado de ciências sociais, perpetuam padrões do pensamento colonialista no ensino da prática profissional? Pode a universidade, através do estudo de perspectivas latino-americanas, formar jornalistas dispostos a fornecer um novo olhar sobre a realidade através do seu trabalho?

Este projeto busca pesquisar sobre as leituras obrigatórias do currículo do curso de graduação em comunicação social – habilitação em jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de propor uma discussão sobre o caráter eurocêntrico no ensino das ciências sociais latino-americanas. Para tanto, serão classificados todos os textos de leitura básica essencial dos planos de ensino das disciplinas obrigatórias do primeiro semestre de 2016, buscando responder à questão: que sentidos a faculdade de jornalismo da UFRGS constrói sobre a prática do jornalismo na América Latina?

O objetivo geral é analisar o currículo do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS a partir de seus autores e de suas vertentes teóricas, utilizando como objetos empíricos os textos da bibliografia básica essencial das disciplinas obrigatórias ministradas no primeiro semestre de 2016. Já os objetivos específicos que ajudaram a construir o projeto são:

- Identificar os autores dos textos da bibliografia básica essencial estudados em todas as disciplinas obrigatórias do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo ministradas no primeiro semestre de 2016, seu local de origem, etnia e gênero.

- Identificar os textos da bibliografia básica essencial estudados em todas as disciplinas obrigatórias do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo ministradas no primeiro semestre de 2016, identificando se os conteúdos têm pretensão universalista ou se são locais, qual é seu assunto e se são teóricos, práticos ou literários;
- Quantificar os dados, computando os textos em cada categoria; produzir gráficos e outros recursos visuais para a análise dos dados;
- Analisar brevemente os sentidos encontrados, problematizando-os a partir da perspectiva da Colonialidade do Poder.

Para o cumprimento dos objetivos, primeiro discorro sobre o papel da Academia e do Jornalismo nas mudanças de paradigmas sociais, seguindo para algumas considerações sobre os estudos de currículos. Logo após, passo para uma breve explicação sobre a Colonialidade do Poder, a fim de que o leitor compreenda melhor a partir de que mirada se faz a pesquisa empírica. No capítulo que segue, será encontrada uma explicação da metodologia utilizada, bem como os resultados da pesquisa empírica e sua relevância para a percepção de que a formação universitária, nos atuais moldes, colabora para a produção de um jornalismo reprodutor de dogmas.

## **1 O papel da Academia e do Jornalismo nas mudanças de paradigmas sociais**

### *1.1 Poder e verdade*

Para entender a importância e a abrangência da influência dos meios de comunicação e das universidades no tecido social é preciso primeiro falar sobre *Poder e Verdade*. Evocando Foucault (1996), compreendemos que a noção do poder apenas como uma lei repressora e detentora do “não” é uma interpretação estreita do que ele realmente significa. “O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1996, p.8). Para o autor, o poder deve ser considerado como uma “rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (FOUCAULT, 1996, p.8) através de instituições, grandes aparelhos de Estado como o exército, a polícia e a administração local. Estas entidades, ao contrário do que faziam demonstrações de violência como as execuções públicas na Época Clássica, permitem um controle social muito maior porque nelas o poder se exerce de forma “contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’” na sociedade (FOUCAULT, 1996, p.8).

O Estado Moderno e o mercado vem aperfeiçoando o controle social através da sistematização, ampliação e organização das instituições que detém o poder e, principalmente, o poder do discurso - cujo depositário designa o enunciado que considera verdadeiro e acaba por torná-lo hegemônico e, por isso mesmo, praticamente o único válido. Além das instituições tipicamente desenhadas para o controle da criminalidade e, de quebra, da vigilância social - como as polícias, as prisões e as oficinas de identificação - outras instâncias, como os hospitais, as escolas e as universidades também se juntaram às primeiras.

A figura do intelectual, historicamente a voz da “verdade” e da “justiça”, um “representante universal” (FOUCAULT, 1996, p.8), a partir das últimas décadas do século XX passa a atuar em setores determinados conforme suas áreas. Este fenômeno gera então uma politização a partir da atividade específica de cada um, uma vez que os profissionais produzem “ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro”, desvanecendo a figura do “intelectual universal” e escritor - com legitimidade a partir da produção do livro, instrumento do saber genuíno - e gerando a emergência da figura do “intelectual específico”, que participa de um movimento global de intelectuais a partir de seu próprio lugar de atuação (FOUCAULT, 1996, p.9), tais como a medicina, a advocacia, a engenharia e outras profissões. Esses lugares, por serem parte da teia social, estão permeados pelos valores hegemônicos (no caso do ocidente, os valores do sistema-mundo capitalista), geralmente não questionadores da conjuntura. São engenheiros, magistrados, professores, físicos, etc, para citar os exemplos de Foucault, que produzem conhecimentos em suas áreas e (de forma geral) não possuem a verve questionadora do intelectual universal de décadas atrás - atuam nos setores determinados em que os situam, como suas condições de trabalho e de vida, enquanto a missão do universal é preocupar-se com o “justo-e-verdadeiro-para-todos” (FOUCAULT, 1996, p.9). É importante frisar que isso não significa dizer que a atuação desses “intelectuais específicos” é sempre uma força conservadora e mantenedora do *status quo* capitalista, apenas que suas preocupações são voltadas para a melhoria da condição de seu entorno e de seu meio, e não generalizadas e focadas na sociedade como um todo.

Este cenário de pulverização do poder é certamente mais complexo que o anterior. Há uma disputa entre verdades enquanto “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1996, p.13). A universidade e seus professores, neste caso, estão

em um lugar privilegiado, pois atuam em um campo reconhecido como detentor de verdades científicas e também multiplicador de conhecimentos, com um espectro de influência que forma uma teia entre os outros setores. Assim, as universidades emergem como um polo excepcional de permutações políticas de conhecimento, pois multiplicam e reforçam seus efeitos de poder em um ambiente em que a grande maioria das pessoas é afetada pelo entorno e a ele se refere (FOUCAULT, 1996, p.9). A universidade, portanto, assume um papel fundamental na formação de um regime da verdade - sistema de poder que a produz e apoia - a partir de um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1996, p.14) em quase todas as demais áreas da sociedade.

Assim como as universidades, os meios de comunicação também estão em uma posição chave quando se trata da difusão do seu regime de verdade entre os demais campos. A formação dos discursos é feita por profissionais especializados em comunicação principalmente através da televisão, do rádio, dos jornais e das revistas - que são os meios de comunicação hegemônicos no país. A televisão, o rádio e os jornais ainda alcançam um público maior que a internet na América Latina - veículo este com maior liberdade na escolha dos conteúdos pelos usuários em comparação com os demais. As novelas, os filmes, os *realitys*, os programas de auditório e de entretenimento, as fotos das revistas e as manchetes dos jornais estão permeados de sentidos que formam uma estética padrão, que se manifesta na escolha dos cenários, dos atores (sejam para obras de ficção ou para a apresentação dos noticiários), no tipo de roupa e de linguagem usada, no tipo de personagens apresentados pelos roteiros e pelas narrativas da vida real e em seu tratamento. Esta estética, alinhada a um discurso também estandardizado, é veiculada diariamente na rua e dentro das casas, atuando em consonância com demais meios comunicativos como a publicidade, ressaltando assim os mesmos valores. Este fato ajuda a criar um enunciado com grau de credibilidade, ou

seja, com regime de verdade, dada a diversidade de fontes que o multiplicam. Uma verdade ligada a sistemas de poder, como sempre é, neste caso como “condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 1996, p.14).

“A Opinião Pública” em 1922, o filósofo Walter Lipmann lembrou que, por não estarmos aptos ao conhecimento da realidade, somos influenciados por imagens construídas ao nosso redor. Estas imagens são também formadas pelo contato diário com os meios de comunicação, especialmente àqueles de maior abrangência e visibilidade, como os jornais” (MIRANDA, 2016, *online*)

Como exemplo de construção da noção de credibilidade e da relação entre a publicidade, o entretenimento e o discurso jornalístico, podemos citar a figura de Fátima Bernardes. Após anos de atuação na bancada do Jornal Nacional, o noticiário televisivo de maior audiência no país, a jornalista passou a atuar em um programa de variedades e a emprestar todo seu “capital de credibilidade”, construído na bancada do noticiário, a uma marca de embutidos como garota propaganda. O cachê de 5 milhões se justifica com um aumento de 15% a 20% nas vendas dos produtos anunciados e se deve principalmente à reputação da jornalista e ao que ela representa: uma mulher séria, inteligente, comprometida com a verdade dos fatos. Esta imagem, criada a partir da posição em que ocupou na televisão, é construída, e também ligada aos sistemas de poder que vinhamos apresentando - um enunciado ganha grau de verdade ao ser proclamado por alguém com credibilidade, a favor do desenvolvimento do capitalismo, as custas da não percepção de que, enquanto apresentadora e garota-propaganda, Fátima não está mais ligada ao juramento ético do jornalismo como antes<sup>2</sup>.

Portanto a comunicação, neste caso o jornalismo, é produtor de discursos e reprodutor da cultura, incidindo nas formas de compreensão das pessoas e dando a conhecer, de forma discursiva, pedagógica e didática, os efeitos de verdade que gera

---

<sup>2</sup>Fonte: Fátima Bernardes ganha cachê de R\$ 5 milhões: mais que Tony Ramos e Ana Maria Braga. Jornal Extra online, 25/02/2014. Disponível em: <<http://goo.gl/YtP25d>> Acessado em 12/02/2016

(VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22). “O conhecimento tácito na notícia não sugere dúvidas, busca a “verdade” e se apoia em respostas simplificadoras para questões complexas” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22).

Retomando o conceito de “intelectual específico” de Foucault e aplicando-o sobre o jornalismo, concluímos que

o olhar dos jornalistas sobre a realidade que representam e registram através de relatos e comentários (informação e opinião) é limitado e restrito porque a informação teórica que acionam ao olhar para essa realidade não lhes convida a apreendê-la em toda a sua complexidade, nem mesmo instiga-os a perceber a incidência de valores culturais e sistemas classificatórios de diferença em suas práticas profissionais (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 18-19).

Mas porque justo o jornalismo deveria ser diferente em um panorama em que todas as profissões atuam apenas em seu campo específico, não reconhecendo “a incidência de valores culturais e sistemas classificatórios de diferença” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 19)?

O jornalismo não é apenas mais um campo de saber justamente porque é de sua natureza promover a articulação entre os demais campos, e também porque trabalha em um vínculo estreito com o “poder como um dos dispositivos de (re)produção da verdade. Segundo Foucault, nas sociedades ocidentais a verdade é parte de um regime político e foi sendo “historicamente centrada no discurso científico” ” (FOUCAULT, 2012, p.52 *apud* VEIGA DA SILVA, 2015, p.33), estando de fora desses enunciados aquilo que representa qualquer alteridade.

Para Traquina (2012), a rotinização do trabalho jornalístico - voltado para publicações diárias e em ritmo apressado, em sua grande maioria - leva a uma dependência do profissional nas fontes oficiais, essas que detém o poder político, no caso de órgãos/agentes estatais, ou outros poderes, já que apresentam a legitimidade do



“oficial”. O processo de produção de notícias e demais peças veiculadas nos meios de comunicação pode ser descrito normalmente como “uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outras burocracias” (SCHUDSON, 1986 p.31 *apud* TRAQUINA, 2012, p.198), em um sistema em que o próprio acesso ao campo jornalístico é estruturado socialmente para não permitir a admissão de todos ao microfone. A aproximação aos media é, portanto, um poder por si só (TRAQUINA, 2012, p.199). As fontes, que abastecem o jornalista das informações que publicará, os meios, que decidem o que é notícia, e o Estado, que concede aos meios o direito de funcionar, entre outros atores, definem as notícias como um “exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (GANS, 1979, p.81 *apud* TRAQUINA, 2012, p.199).

Assim como os agentes oficiais tem pleno acesso ao poder de comunicar suas verdades, quem não é articulado ou tem poucos recursos não conseguirá fazer chegar sua voz aos noticiários, incluindo aí os movimentos sociais e as minorias. “Os próprios conceitos de noticiabilidade requerem aos jornalistas pressuposições sobre o que é normal na sociedade” (TRAQUINA, 2012, p. 199), reiterando o que foge da norma e o excepcional, reforçando assim os valores que já são hegemônicos no tecido social. Gitlin (1980) cita alguns exemplos didáticos para demonstrar que o processo de produção tradicional do campo jornalístico já veda discussões aprofundadas sobre os temas:

1. as notícias envolvem acontecimentos, e não as condições que produzem os acontecimentos;
2. as notícias privilegiam as pessoas, e não o grupo;
3. as notícias destacam o conflito, e não o consenso;
4. as notícias privilegiam o fato que “alimenta” a “estória”, e não o fato que a explica. (GITLIN, 1980 p.15 *apud* TRAQUINA, 2012, p.199-200)

Isso resulta em permutas entre profissionais - e posterior difusão - com “o sentido geral de uma sociedade fundada em um “paradigma (moderno/positivista), de

um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) (GROSFOGUEL, 2012) e de uma episteme, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 31).

No recente caso das narrativas jornalísticas de grandes veículos e comunicação sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, há uma construção melodramática dos acontecimentos, as vezes com clara tendência para algum dos personagens - como costuma acontecer nas narrativas ficcionais, assinala Amanda Miranda (2016):

Personagens posicionados como vilões ou como heróis, com construção melodramática, viradas e desfechos são recursos comuns nas obras de ficção, mas também são no jornalismo. O que difere uma coisa da outra, além da adesão dos jornais ao mundo real, é a hegemonia que assumem diante de uma audiência que ainda vê nas manchetes elementos para reconstituir a verdade, aqui contada sempre a partir de um mesmo ângulo”(MIRANDA, 2016, *online*)

Aí está “o perigo de uma história única”, como alertou a escritora Chimamanda Adichie<sup>3</sup> - a história única de quem detém o direito ao monopólio dos media e pretende conservá-lo. Somos todos influenciados por imagens, essas formadas também pelas narrativas construídas nos contatos diários com os meios de comunicação (LIPMANN, 1922 *apud* MIRANDA, 2016, *online*). Mas de onde vem essas imagens, em tempos onde os jornalistas, teoricamente os produtores desses sentidos sobre os fatos noticiados, em sua grande maioria passaram pelas universidades? Podem estar as faculdades de jornalismo reproduzindo verdades provenientes de outros campos de poder - ou até mesmo uma verdade hegemônica que perpassa todos os campos - ao invés de produzir sua própria verdade, originária do papel social que a profissão deveria desempenhar? Antes de tramar aqui respostas, cabe acrescentar um adendo sobre o

---

<sup>3</sup>Conferência TED com vídeo disponível em <https://goo.gl/wo8Y2q>

papel dos meios de comunicação na obtenção de direitos para os cidadãos e sobre o direito à informação.

Para Gentili (2002), ter acesso à informação se configura como um meio de obter outros direitos. “Numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece a visibilidade ao poder e ao mundo” (GENTILLI, 2002, p. 42). O direito à informação para o autor é, portanto, um direito em si, além de um direito-meio, porque leva ao exercício de outros direitos. Assim, a comunicação precisa ser assimilada em toda sua complexidade para entender a importância do trabalho jornalístico como um campo de saber com influência direta no funcionamento da democracia - através da possibilidade do exercício de direitos dos cidadãos gerado através dela. Gentili (2002) segue enumerando as condições para o bom funcionamento do direito à informação, que 1) “deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos” e 2) “deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um”. (GENTILLI, 2002, p.43)

Ora, em sociedades como a brasileira, em que existe um monopólio dos meios massivos de comunicação nas mãos de poucas famílias e onde fatos como o exemplo da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff acontecem, é possível dizer que o direito à informação emancipatória é exercido, no sentido de “fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um” (GENTILLI, 2002, p.43)?

“Para se ter acesso ao poder público – e, por consequência, à posse de direitos -, o cidadão precisa ter assegurado o acesso à informação pública. Esta é, também, uma das condições para a ampliação dos direitos. Os direitos civis e políticos, direitos que se configuram como prerrogativas e pressupõem a

liberdade de escolha do cidadão, são direitos que se alargam, de uma maneira evidente, com o acesso à informação.”(GENTILLI, 2002, p. 42)

Para não ficarmos somente no exemplo do discurso sobre o impeachment, podemos citar outro caso em que a representação no jornalismo pode dificultar o acesso aos direitos de alguns: em 2014, a Polícia Civil fez uma operação para desarticular um grupo de aproximadamente oito pessoas que realizava abortos clandestinos no bairro Floresta, em Porto Alegre. A operação aconteceu depois que a Rádio Gaúcha investigou por cinco meses, com posterior denúncia, a atuação dos profissionais de saúde que realizavam os procedimentos<sup>4</sup>.

A terminologia utilizada pelos repórteres vai ao encontro daquela empregada nas seções policiais dos veículos de comunicação: os responsáveis pelos contatos iniciais são chamados de “aliciadores” e o grupo de “quadrilha”. “Na apuração, constatou que essas pessoas atuavam dentro de uma organização criminosa, formada por núcleos na Capital gaúcha e também em São Paulo”, diz um dos trechos da matéria no site da rádio. A reportagem online cita os nomes completos dos envolvidos, seus antecedentes criminais e suas profissões, além de mostrar fotos, gravações de conversas telefônicas – em que as vozes podem ser reconhecidas – e um vídeo do momento do flagrante policial, com cenas dos rostos dos envolvidos, algemados e deitados no chão. Não constam nos textos declarações dos suspeitos ou de seus advogados, e não há registro de qualquer tentativa de contato por parte da equipe de reportagem, seja para explicações dos motivos da atividade ilícita ou para simples obtenção de outra versão dos acontecimentos.

---

<sup>4</sup>Operação policial fecha clínica de luxo para abortos na capital. Rádio Gaúcha online, 29/10/2014. Disponível em: <<http://goo.gl/VbB7bs>> Acessado em: 12/05/2016

A reportagem ainda cita dados da Secretaria Estadual de Saúde, que calcula que apenas neste ano 5.343 mulheres buscaram atendimento médico com complicações decorrentes de abortos espontâneos e ilegais, ligando assim o fato à atuação da clínica sem apurar, entretanto, quantas dessas complicações são decorrentes do estabelecimento em questão para poder classificá-lo como inseguro.

Os dogmas religiosos há muito condenam a prática do aborto em todas as situações e, sendo as autoridades religiosas e os líderes comunitários os responsáveis pelo ensino da moralidade, é natural que tais verdades dadas estejam refletidas nas crenças morais das pessoas. E os jornalistas, enquanto indivíduos dotados de valores, não estão imunes à reprodução de suas crenças particulares no exercício de seu trabalho. Entretanto, a questão do aborto passa, neste momento no Brasil, pelo processo de elaboração que caracteriza o progresso moral de uma sociedade. A abordagem da Rádio Gaúcha é compatível com a visão do aborto como crime, e em tese a reportagem se justifica ao informar para a sociedade um prática ilegal. Tal justificativa não se sustenta, entretanto, se o material apenas divulga fatos irrelevantes para a população a título de curiosidade, divulgando informação particular dos envolvidos sem prestar um serviço aos demais - como o que fazer nos casos em que o aborto é legal, como a gestação de anencéfalos ou frutos de estupro. Em nenhum momento transparece a preocupação com os possíveis danos morais causados pela divulgação da reportagem na vida dos envolvidos no caso, ou no que acarretará, para mulheres que buscam uma forma segura de realizar o aborto, o desmantelamento do serviço. A reportagem ainda ajuda a criar uma espiral do silêncio, na medida em que não apresenta alternativas à narrativa do aborto como crime passível de punição.

Findo este grande parêntesis, cabe voltar à questão anteriormente exposta - sobre as faculdades de jornalismo estarem reproduzindo verdades provenientes de outros

campos de poder ou uma verdade hegemônica que perpassa todos os campos ao invés de produzir sua própria verdade baseada em um papel social da profissão. Qual seria esta verdade predominante e porque ela é prejudicial, contrária à função social do campo dos media?

Adelmo Genro Filho (1989) explica que o jornalismo surge, através das antigas folhas volantes, a partir de uma necessidade da obtenção de informações para melhor administrar os negócios na época do desenvolvimento da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo (entre outras razões). Disso decorre a chance da criação de uma indústria da informação, com empresas privadas e notícias com caráter de mercadoria. Portanto, “desde seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de “cultura de massa” ou “indústria cultural” ” (GENRO, 1989, p. 36). A própria forma de produção capitalista ocasiona a representação de fatos mediados - pelos jornalistas, pelas fontes e pelo próprio meio em questão - como se fossem o acontecimento original (GENRO, 1989, p. 36). Segundo o autor, essa ambigüidade não provém do interesse burguês, e sim da forma como o jornalismo é produzido: a possibilidade de manipulação está na própria relação tensa entre o objetivo e o subjetivo (GENRO, 1989, p.37), bem na essência da informação jornalística, como alertou mais tarde também Traquina (2012).

Apesar disso, o jornalismo - sempre e ainda mais hoje - não é apenas um “instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada” ou “uma correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos” de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade” (GENRO, 1989, p.37), nem uma crítica responsável ao sistema visando a emancipação dos

sujeitos, muito menos um veículo objetivo a serviço dos cidadãos. Mais que tudo, é um produto do modo de produção capitalista, com uma relação distorcida entre o objetivo e o subjetivo: o jornalismo

apresenta algo já acontecido como se ainda estivesse acontecendo, reconstitui um fenômeno que não está sendo diretamente vivenciado como se o estivesse, que transmite acontecimentos através de mediações técnicas e humanas como se produzisse o fato original. (GENRO, 1989, p.36 - 37)

Este processo ocorre dentro de um panorama mais amplo, em que existe uma real dificuldade de sair do círculo vicioso que compõe a primazia total do neoliberalismo. Ninguém poderia explicar melhor tal fenômeno do que Edgardo Lander (2005):

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais, têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo. Essas dificuldades devem-se, em larga medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à *boa vida*. As alternativas às propostas neoliberais e ao modelo de vida que representam não podem ser buscados em outros modelos ou teorias no campo da economia, visto que a própria economia como disciplina científica assume, em sua essência, a visão de mundo liberal. (LANDER, 2005, *online*)

O autor segue em sua explanação sustentando que a procura por outros caminhos diferentes do panorama “excludente e desigual do mundo moderno” (LANDER, 2005, *online*) demanda vigor na desconstrução do “caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal” (LANDER, 2005, *online*). Para tanto, é necessário um “questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais” (LANDER, 2005, *online*) e, mais

especificamente, do jornalismo como principal sustentáculo da pretensa objetividade e neutralidade. Seria necessária uma mídia que fale *sobre* o poder e não *pelo* poder.

Foucault (1996) afirma que o problema do intelectual hoje não é criticar os conteúdos ideológicos ligados à ciência ou fazer com que sua prática seja acompanhada por uma ideologia mais justa, e sim de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia sociais, econômicas, culturais etc em que ela age agora (FOUCAULT, 1996, p.14), proporcionando maior pluralidade de verdades e limitando o poder de apenas uma delas. Assim como o intelectual, o jornalista também precisa pensar sua atuação baseada no direito civil de acesso à informação emancipadora, pois é uma forma de saber que, “como fenômeno, como prática profissional ou como teoria, [está] relacionado aos e perpassado por sistemas de poder e de saber disciplinar (FOUCAULT, 2012) que forjam os valores e as hierarquias sociais dominantes” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 30).

A universidade, portanto, junto com o campo dos media, detém muito do poder de difusão de verdades hegemônicas no meio social. Em um panorama em que a grande maioria dos media passa pela academia, entende-se que para modificar a atuação dos comunicadores na direção da criação de um novo paradigma, não mais ancorado nos padrões neoliberais e realmente emancipatório, que arma os cidadãos de informação relevante que os faça exercer os seus direitos, é preciso modificar a atuação da própria universidade, como confirma Marcia Veiga da Silva (2015):

A compreensão naturalizadora do status quo e das convenções e hierarquias sociais hegemônicas, acionada pelos jornalistas no processo de produção de notícias, é também resultado de uma formação universitária cujas bases repousam em paradigmas (visões de mundo, conceitos, métodos e técnicas) restritivos ou limitados no seu potencial de compreensão mais ampla e complexa dos fenômenos, arranjos e relações sociais contemporâneos. Essas restrições contribuem para que não sejam colocados em perspectiva crítica os valores sociais que fazem parte dos saberes que informam hegemonicamente a sociedade, que são incorporados aos sujeitos e às instituições e que, não sendo escrutinados, acabam por ser naturalizados, tomados como verdades,



interferindo na forma como a realidade é apreendida. (VEIGA DA SILVA, 2015, p.19)

Para a autora, a visão dos jornalistas sobre a realidade apresentada aos demais em seu trabalho, tanto informativo quanto opinativo, é insuficiente porque os profissionais não possuem informação teórica na complexidade necessária. Tampouco estão instigados a notar “valores e sistemas classificatórios de diferença e suas práticas” (VEIGA DA SILVA, 2015, p.19), pois as estruturas da universidade - tanto pedagógicas quanto teóricas - não contribuem para a possibilidade de realizações desse tipo, promovendo “paradigmas e visões de mundo dominantes” (VEIGA DA SILVA, 2015, p.19). “Disso resultaria um conhecimento precário do mundo produzido pelo jornalismo e a continuada reprodução de desigualdades no âmbito da cultura social” (VEIGA DA SILVA, 2015, p.19), conclui a autora.

Apesar de ser apenas uma gota no oceano de práticas que contribuem para a contínua subserviência de alguns em detrimento de outros, acredita-se que, através das universidades de jornalismo, em conjunto com práticas em outros setores, é possível plantar uma semente na direção de um mundo mais diverso, que dê voz ao Outro e possa, a partir daí, elaborar alternativas válidas ao modelo social único proposto pelo neoliberalismo. Nesta direção, invariavelmente está a melhor distribuição do poder e, principalmente, do poder sobre o discurso “verdadeiro”.

## *1.2 O currículo*

Nas instituições de ensino em geral, inclusive nas universidades e faculdades, a escolha por alguns tipos de currículo são baseadas nos objetivos do estabelecimento que formará os estudantes. A meta é apenas formar rapidamente a maior quantidade de alunos possível para o mercado de trabalho? Ou seria criar também profissionais com noções de gênero, raça, etnia, sexualidade e interculturalismo? Os estudos sobre o currículo apontam três vertentes principais: as teorias tradicionais, que se preocupam

com questões de organização (como avaliações, metodologias, eficiência, objetivos), tomando como dada e óbvia a questão “o que?” e focando em responder à “como” este conhecimento axiomático deverá ser transmitido; e as teorias críticas e pós-críticas, que submetem o “o que?” a permanentes questionamentos, focando em reproduções culturais e sociais, relações de poder, conscientização, emancipação e libertação, identidade, alteridade, diferença e cultura, entre outros assuntos (SILVA, 2009, p.17).

Portanto, é também a partir do estudo dos currículos que se torna possível identificar as inclinações, crenças e valores da instituição. A política curricular aplicada em sala de aula “determina o que passa por conhecimento válido e por formas válidas de verificar sua aquisição” (SILVA, 2006, p.11), e “desloca certos procedimentos e concepções epistemológicas, colocando outros em seu lugar” (SILVA, 2006, p.11), efetuando “um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, excluindo outros” (SILVA, 2006, p.11-12). Por isso, seu estudo pode revelar conclusões interessantes para definir onde estamos, a quem favorecemos e para ajudar a projetar a direção que queremos seguir.

Ao analisar um currículo, devemos considerar tanto a forma como a matéria é apresentada quanto o conteúdo em si. Explicando melhor: a escolha por usar salas de aula com disposição panóptica, o horário definido para as aulas e os intervalos, a quantidade de professores e de créditos atribuídos à cada disciplina, a definição de datas para o cumprimento de tarefas, entre outras variáveis, são estabelecidas segundo certos objetivos. Além destes aspectos técnicos, que não deixam de servir a propósitos ideológicos, também é possível analisar o conteúdo ministrado nessas aulas. A escolha de algumas matérias sempre acontece em detrimento de outras, pois o tempo de permanência do aluno na instituição é limitado, tornando impossível a apreensão de muitos dos conteúdos no período estipulado. Assim, são armadas algumas disciplinas

baseadas no que é considerado mais importante, excluindo outras possibilidades. O mesmo acontece dentro desta janela, quando alguns autores e vertentes teóricas deixam de figurar no programa da cadeira em si. Por ser um assunto muito extenso, neste trabalho o foco deverá permanecer na escolha de conteúdos ministrados nas salas de aula, e não tanto nos formatos em que eles são apresentados.

Para a tradição crítica, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2006), o currículo está no centro da relação educativa. Ele “corporifica os nexos entre saber, poder e identidade” e, não por acaso, é o alvo das reformas cada vez que se propõe uma reestruturação educacional voltada para a eficiência econômica (SILVA, 2006, p.10).

O currículo é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. Mesmo que não tivessem nenhum outro efeito, nenhum efeito no nível da escola e das salas de aula, as políticas curriculares, como texto, como discurso são, no mínimo, um importante elemento simbólico do projeto social dos grupos no poder. (SILVA, 2006, p.10)

As versões críticas e pós-críticas dos estudos curriculares acreditam que o currículo, portanto, deve ser pensado dentro das relações de poder. Se visto apenas como um reflexo ou reprodução em escala reduzida da realidade, uma versão condensada do conhecimento existente - como faziam crer as teorias tradicionais -, deixa-se de notar as relações de poder nele implicadas (SILVA, 2006, p.16). A cultura, em uma concepção deste tipo, figuraria como algo estático, que pode ser dado, transmitido e recebido, ao invés do bem dinâmico que é, com interação, desconstrução e reconstrução, ocasionando um contexto de relações sociais, de negociação e, conseqüentemente, de conflito. O currículo, para Silva (2006), não pode deixar de ser visto também como uma relação social. Mesmo quando concluídas as escolhas sobre os

conteúdos, carrega em si as marcas das relações sociais que culminaram com a sua produção, desde que era um macrotexto de política curricular, passando por guias, diretrizes, livros didáticos, até a transformação em microtexto de sala de aula (SILVA, 2006, p.22). Neste processo e no resultado final de um currículo acabado, evidenciam-se as disputas por domínio cultural, as negociações ao redor dos vários grupos e das tradições, as lutas entre saberes oficiais dominantes<sup>5</sup> e aqueles geralmente subordinados e desprezados (SILVA, 2006, p.22). A partir do estudo de um currículo, portanto, é possível identificar não apenas o que foi considerado essencial por aqueles que o elaboraram, mas também o que foi descartado. A partir da análise da presença de certos conteúdos, constata-se também a não-presença, o que deixou de ser representado.

Somado à isso, a própria aplicação dos currículos, como aponta Miguel G. Arroyo (2011), promovem uma indiferença com o autor e com os “sujeitos de experiências, de conhecimentos, de pensares, valores e culturas” (ARROYO, 2011, p. 54) em sua dinâmica. O processo educativo é marcado por “ausências-presenças”, onde os professores e alunos reais, humanos, com seus percursos, gêneros, classes, culturas e outros aspectos particulares ficam de fora ao seguir este roteiro padrão, marcado pelo “aprender-aprovar-reprovar” (ARROYO, 2011, p.54). O autor explica que as metodologias não dão voz aos sujeitos, que somente se expressam em períodos de avaliações, onde aparecem “não como sujeitos de histórias, identidades, mas como

---

<sup>5</sup>Aqui a noção de “dominantes” e “dominados” está circunscrita nos moldes de Foucault. O saber não “serve como contra-ataque aos males do poder” (GORE, 2011, p.11), emancipando grupos oprimidos através da educação, e sim cada grupo proclama o seu “regime de verdade”, inevitavelmente ligado aos discursos. “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro” (FOUCAULT, 1980 *apud* GORE, 2011, p.10). Os discursos alternativos também tem seu regime de verdade, porém não são aqueles que dominam no momento (levando-se em conta que o poder não é algo que se possa possuir, e sim é exercido temporariamente pelos atores).

respondentes de questões, como aprovados e, sobretudo, reprovados, dominando ou não os conteúdos esperados” (ARROYO, 2011, p.54).

Sabemos que a realidade não obedece exatamente às diretrizes de uma formulação teórica e que, conseqüentemente, é improvável encontrar hoje um currículo que seja apenas baseado nos princípios tradicionais, críticos ou pós-críticos. É mais plausível que nos deparemos com aspectos de cada uma dessas vertentes, cabendo identificar em que medida um ou outro conceito predomina sobre os demais.

Assim como o currículo e sua elaboração são resultado de tensões e de relações sociais, também o é sua aplicação. Mesmo quando apresentado como produto acabado, em sala de aula este currículo será novamente submetido a um processo de significação, desta vez com novos atores, os alunos. Silva (2006) esclarece que, também neste estágio, as relações de poder exercem um papel fundamental, assim como acontece em todo processo de significação, oferecendo um contraponto à proposta de Arroyo (2011). “Significar, em última análise, é fazer valer significados particulares, próprios de um grupo social, sobre os significados de outros grupos, o que pressupõe um gradiente, um diferencial de poder entre eles” (SILVA, 2006, p.23). Como exemplo desta significação, podemos citar a ciência a partir da visão da literatura feminista: apesar de se apresentar como isenta de relações sociais e políticas, este saber corporifica concepções e discernimentos associados aos interesses masculinos, da mesma forma que os currículos apresentam os interesses de quem os elaborou.

Se o currículo significa, também o fazem outros campos do saber. Entre eles e com grande alcance, estão os meios de comunicação e seus profissionais, que em algumas esferas são chamados, inclusive, de “formadores de opinião”. Ora, estes profissionais também já foram alunos. Embora não possamos relegar à universidade a

responsabilidade por toda a carga de conhecimento adquirida pelos profissionais durante a vida, podemos pelo menos atribuir a ela grande parte do conhecimento da prática e da ética profissional dos comunicadores. A profissionalização do jornalismo decorre de mais de 150 anos de uma luta ainda não terminada, em que elaborou-se

uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2012, p. 128).

O papel da universidade na formação desta “tribo” é indiscutível. Em todo o mundo e também no Brasil, a profissão e a necessidade de formação acadêmica na área são frequentemente questionadas. Aqui, por exemplo, as leis para a obrigatoriedade ou não do diploma são continuamente propostas, alteradas ou revogadas em Brasília. Afinal, um dos pilares do jornalismo é a liberdade, e portanto parece coerente definir que “escreve quem quiser”. Porém uma das questões da não profissionalização, apontada por Traquina (2012), é o fato de que ninguém é submetido a provas para avaliar níveis de integridade moral, capacidades intelectuais ou habilitações acadêmicas, gerando uma situação em que “os que maior poder detêm são os que menos provas foram obrigados a dar” (WOODROW, 1996 *apud* TRAQUINA, 2012, p.111). Por isso, a profissionalização através de estudos acadêmicos é tão debatida e frequentemente defendida pelos jornalistas. Se não é um prova de integridade, pelo menos garante que em algum momento houve reflexão teórica e não somente conhecimentos técnicos estudados pelo profissional atuante. Neste panorama instável, o papel do currículo proposto nas universidades ganha ainda mais destaque.

Apesar de cada estudante trazer para dentro da classe uma parte de seu mundo, nas discussões em sala de aula prevalece o que é proposto pelo professor, usando como

guia o currículo. Em um país onde a grande maioria dos estudantes universitários provém de um mesmo extrato social, são geralmente da mesma etnia e circulam pelos mesmos espaços (apesar das mudanças da última década), se não for proposto pelo currículo, quando e, mais importante, em que termos se encontrarão com a alteridade? Em que sentido vão as discussões quando temas essenciais que deveriam estar em pauta na mídia mas não atendem aos critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2008), referentes aos grupos que não estão representados entre os estudantes universitários (ou se encontram em desvantagem numérica em relação a outros grupos) “perdem” na disputa social que levou à elaboração de um currículo e deixam de figurar entre os conteúdos? Quando esses alunos, que estão aprendendo a ser comunicadores - pessoas com papel importante na formação da opinião pública e na criação de um sentido de representatividade - entrarem no mercado de trabalho, será seu repertório suficiente para trazer a tona ou participar das discussões capazes de promover maior igualdade de direitos?

Este trabalho, por conseguinte, não tem a pretensão de determinar se o currículo estudado se encaixa em alguma definição teórica específica, nem em classificá-lo como “bom”, “ruim”, “eurocêntrico” ou “valorador da alteridade”, pois isso seria contraproducente. A finalidade é, a partir de uma pesquisa empírica, gerar dados que possam lançar luz sobre aspectos pouco marcados e que contribuam para o melhoramento da formação universitária dos jornalistas.

Como dentro do espectro dos currículos há muitas possibilidades de análise, nesta ocasião considera-se relevante para os objetivos do estudo concentrar-se na perspectiva da teoria pós-colonialista do currículo, que propõe “analisar o complexo das relações de poder entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia tal como se configura no presente

momento” (SILVA, 2009, p. 125). A escolha da abordagem parte, entre outros motivos, do fato de que, para a teoria pós-colonial, a representação é um “processo central na formação e produção da identidade cultural e social” (SILVA, 2009, p. 127). Como bradam muitos dos movimentos sociais que reivindicam direitos de populações negligenciadas por Estados capitalistas ocidentais, como o Brasil, a “representatividade importa<sup>6</sup>”. Silva (2009) tece um por quê:

É fundamentalmente através da representação que construímos a identidade do Outro e, ao mesmo tempo, a nossa própria identidade. Foi através da representação que o Ocidente, ao longo da trajetória de sua expansão colonial, construiu um “outro” como supostamente irracional, inferior e como possuído por uma sexualidade selvagem e irrefreada. Vista como uma forma de conhecimento do Outro, a representação está no centro da conexão saber-poder. (SILVA, 2009, p.128)

O autor segue explicando que esta concepção, assim como o feminismo e outras teorias críticas dos movimentos sociais, “como o movimento negro, reivindicam a inclusão das formas culturais que refletem a experiência de grupos cujas identidades culturais e sociais são marginalizadas pela identidade europeia dominante” (SILVA, 2009, p.126). As relações atuais de dominação entre as nações são baseadas na exploração econômica e no imperialismo cultural (SILVA, 2009, p.125), provocando a continuidade de uma dinâmica imperialista principalmente no governamental e no midiático - com influência sobre todas as demais esferas. Para a América Latina, as consequências são desastrosas. Resulta difícil emancipar-se, tomar decisões com benefícios próprios no contexto internacional, ter estudos acadêmicos com teorias locais valorizados mundo afora, enquanto tentamos seguir o exemplo de nações com processos tão diferentes dos nossos. Uma teoria econômica, por exemplo, não poderá ser aqui

---

<sup>6</sup>Ver o discurso de Viola Davis no Emmy Award 2015, disponível em <https://goo.gl/ocq8HR>, e este texto de militância da Corrente Marxista Internacional, disponível em <http://goo.gl/cmc7Ea>, como exemplos.



aplicada levando em consideração somente nossas classes sociais, mas também a constituição delas. Não descendemos de burgueses, proletários e nobres, mas de imigrantes europeus, africanos escravizados e indígenas, entre outros. Para que o projeto colonial desse certo, sendo assim, foi preciso um enfoque educacional e pedagógico, que segue seu curso até hoje.

É devido à esta conexão entre poder-saber que uma proposta pós-colonialista do currículo se faz necessária. “O processo de dominação, na medida em que ia além da fase de exterminação e subjugação física, precisava afirmar-se culturalmente” (SILVA, 2009, p.128). Era necessário transmitir ao povo submetido uma forma particular de conhecimento. No período colonial, o “primitivo” precisava ser “educado” e “civilizado” por intermédio do ensino da religião, da ciência, da língua e da arte, entre outros aspectos, para que a população local pudesse alcançar um estágio de “desenvolvimento” conveniente para a metrópole. Mas apesar de passado tanto tempo, seguimos nos espelhando nas potências econômicas para fundar nossa identidade. A teoria pós-colonial do currículo, portanto, entende que o processo de dominação cultural não é uma mão única, e destaca conceitos que configurem “as culturas dos espaços coloniais ou pós-coloniais como o resultado de uma complexa relação de poder em que tanto a cultura dominante quanto a dominada se veem profundamente modificadas” (SILVA, 2009, p.128-129).

As perguntas que Silva (2009) expõe como centrais para a prática de currículos pós-colonialistas são também os questionamentos que norteiam este estudo:

Em que medida o currículo contemporâneo, apesar de todas as suas transformações e metamorfoses, é ainda moldado pela herança epistemológica colonial? Em que medida as definições de nacionalidade e “raça”, forjadas no contexto da conquista e expansão colonial, continuam predominantes nos mecanismos de formação da identidade cultural e da subjetividade embutidos no currículo oficial? De que forma as narrativas que constituem o núcleo do currículo contemporâneo continuam celebrando a soberania do sujeito imperial

européu? Como, nessas narrativas, são construídas concepções sobre “raça”, gênero e sexualidade que se combinam para marginalizar identidades que não se conformam às definições da identidade considerada “normal”? [...] Como as formas culturais que estão no centro da sociedade de consumo contemporânea expressam novas formas de imperialismo cultural? Qual o papel dessas novas formas de imperialismo cultural na formação de uma identidade cultural hegemônica e uniforme? Como o currículo, considerado como um local de conhecimento e poder, reflete e, ao mesmo tempo, questiona, formas culturais que podem ser vistas como manifestações de um poder neocolonial ou pós-colonial? (SILVA, 2009, p.129)

A estas indagações, acrescento também aquelas relativas à formação do jornalista: que tipo de material produz um comunicador que, quando aluno, não teve contato com a alteridade? Que identidade latino-americana estamos formando, como comunicadores sociais, se nos baseamos na representação de nós mesmos como o outro indesejável, definido pelo olhar europeu de “atrasados” e “selvagens”? É possível matar o “complexo de vira-lata” do jornalismo brasileiro e, posteriormente, do senso comum, através de uma pedagogia pós-colonialista nas universidades? O jornalismo pode colaborar para uma representação mais plural das pessoas e promover a integração entre os países vizinhos, para que elaborem estratégias interessantes para o continente - e sua grande diversidade de povos - como um todo?

Claramente todas essas perguntas não serão respondidas por este breve estudo. Mas elas ajudam a definir em que direção vamos na busca por um jornalismo mais próximo da realidade brasileira e da formação de uma consciência de classe latino-americana, em que o Outro não seja apenas “visitado” de uma “perspectiva de turista” (SILVA, 2009, p.130) pelos meios de comunicação de seu próprio país. Se uma mudança social passa necessariamente por uma reforma curricular, o mesmo acontece com os meios de comunicação. Mas os meios de comunicação somente se transformarão se houver uma reorientação dos jornalistas.

## 2 Aníbal Quijano e a Colonialidade do Poder

Em 2014, a aluna de graduação Laura Jahn Scotte, sob orientação do professor Edson Antoni, apresentou no Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS a pesquisa *Ensino de História latino-americana, livros didáticos e descolonialidade*. Nela, analisou a relação entre ensino de História e identidade latino-americana presente nos livros didáticos indicados pelo Ministério da Educação através do Plano Nacional do Livro Didático nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública para 2014-2016, chegando à conclusão de que há uma discrepância entre o número de capítulos que trabalham a História do Brasil e Geral e os que tratam da latino-americana – que abarca apenas 5% do conteúdo (SCOTTE, 2014, *online*).

No mesmo ano e evento, Jade de Barros dal Bó, orientada por Clarissa Eckert Baeta Neves, apresentou a pesquisa *Em Busca do Direito à Informação: Por que os alunos de escolas públicas não conhecem o seu direito de acesso ao Ensino Superior a partir da reserva de vagas?*, constatando, a partir de análises quantitativas e qualitativas, que muitos dos alunos de ensino médio que teriam direito a uma vaga no ensino superior através do sistema de cotas não o sabem ou creem que tais vagas não são a eles destinadas. O preconceito com relação às políticas de reserva de vagas também ficou evidente, bem como a vergonha de participar de um sistema por eles considerado “injusto”. A estudante, entre outros fatores, elencou a postura da mídia local como um dos agravantes para este problema, que ocasiona o não preenchimento de todas as vagas disponíveis para cotistas na UFRGS. Analisando peças jornalísticas especialmente em Porto Alegre, concluiu que

essas reportagens geralmente divulgam negativamente o sistema, dizendo que é inconstitucional ou que fere os direitos de outros que “honestamente investiram na educação de seus filhos”. Esse tipo de repercussão midiática é em grande parte responsável pelo fato de que os possíveis cotistas estejam desinformados sobre as cotas (DAL BÓ, 2014, *online*).

Em 2012, a repórter Mirella Cunha, durante o programa *Brasil Urgente Bahia* da TV Bandeirantes, violou os direitos constitucionais de um homem detido em uma delegacia de Salvador<sup>7</sup>. A repórter desrespeita o entrevistado negro e pobre, expressando o racismo herdado das teorias de raça trazidas pelo colonialismo europeu. Esse caso é um exemplo de más práticas que acontecem todos os dias na mídia brasileira. Junto com o silenciamento dos meios de comunicação sobre a causa indígena – exceto quando há conflitos de terras ou protestos que interrompem o trânsito nas grandes cidades – e o tratamento dado às mulheres em relação a temas como o aborto e o parto humanizado, o racismo da reportagem da Band e a desinformação evidenciada nos casos estudados por Dal Bó (2014) e Scotte (2014) são parte de um mesmo problema: nossa mídia tradicional e os rumos da educação são, em sua grande maioria, conservadores, patriarcais e alinhados aos interesses de latifundiários, de grandes empresas, das Igrejas e da elite política herdeira de uma oligarquia colonial e imperial. Os casos mostram que, em geral, a mídia e a elite intelectual falham em propor uma discussão a nível estrutural sobre temas fundamentais para uma grande parcela da população, com exceções que se perdem num mar de informações cada vez maior. Quijano (2014) explica que, para as elites das nações colonizadas, a cultura europeia adquiriu uma imagem mistificada, que seduz porque dá acesso ao poder (QUIJANO, 2014, p.60).

A europeização cultural se converteu em uma aspiração. Era um modo de participar do poder colonial. Mas também podia servir para destruí-lo e, depois, para alcançar os mesmos benefícios materiais e o mesmo poder que os europeus, para conquistar a natureza. Enfim, para o “desenvolvimento”. A cultura europeia passou a ser um modelo cultural universal<sup>8</sup>. (QUIJANO, 2014, p. 61)

É com base neste pensamento e buscando entender, a partir dele, os casos citados e o denominador comum que os liga, além da prevalência dos valores

---

<sup>7</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1lk0yMCCWso>

<sup>8</sup>Tradução livre do original em espanhol

conservadores em setores-chave da sociedade brasileira, que nos debruçamos sobre a teoria da Colonialidade do Poder.

### *2.1 Contextualização e introdução ao pensamento de Quijano*

Eduardo Galeano já mostrava, em 1971, como as elites latinas seguem ligadas aos ideais e à visão de mundo europeia e norte-americana, almejando um desenvolvimento nos mesmos moldes sem abrir mão de alguns aspectos que fazem de seus países “subdesenvolvidos” - como a mão de obra barata, a fraca legislação ambiental e a isenção fiscal para grandes empresas (GALEANO, 1979). O período colonial terminou, mas não a colonialidade. Nações estrangeiras continuam a ocupar as terras do continente, a exportar nossas riquezas e o trabalho barato da nossa gente, desta vez através do capitalismo globalizado e das grandes empresas multinacionais.

Retomando os conceitos do capítulo 1, entendemos que um dos legados de Foucault é a compreensão sobre a complexidade dos sistemas de poder e de saber que engendram os regimes de verdade e a normalização social. Todos nos assujeitamos neste panorama traçado por Galeano, sem perceber até que ponto estamos “emaranhados em suas redes complexas” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 31).

Para Quintero (2014), a explicação da atual situação da América Latina passa por revisar a polarização dual entre os debates teóricos sobre a questão do poder durante o século XX: por um lado, o liberalismo proposto pela Escola de Chicago e, de outro, o materialismo histórico agrupado em torno das principais academias da extinta União Soviética (QUINTERO, 2014, p.193). As duas correntes teóricas foram aplicadas neste continente fundamentando a concepção de poder baseando-se na escolha politicamente conveniente de um único âmbito da existência social. No consenso de governabilidade privilegiado na concepção liberal, o poder e suas relações concomitantes são

invisibilizados pela teoria do contrato social, sendo a ideia de poder um posicionamento individual dentro da autoridade institucional do Estado, o restringindo à esfera artificial do “político”. Já o materialismo histórico se resume á uma análise da infraestrutura e das relações de produção, o que acaba por circunscrever o poder ao campo do “econômico” (QUINTERO, 2014, p.193-194).

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, esvaziaram-se os debates sobre o poder, começando as discussões sobre a modernidade e a pós-modernidade. Para Quintero (2014), nessas argumentações a questão do poder se fez ainda mais invisível, pois o foco estava na descrição dos aspectos da vida social contemporânea e de suas novidades. Mas na América Latina - um sistema periférico do sistema-mundo moderno - a questão do poder sempre esteve evidente, pois nunca cessaram as perguntas sobre a conquista da América, as nacionalidades e identidades locais, a dependência e o imperialismo, além da questão do desenvolvimento. “Enquanto se articulavam nos centros mundiais de enunciação as discussões entre a modernidade e a pós-modernidade, foi conformando-se na América Latina uma tendência crítica que revisitava este debate a luz da questão do poder, mais especificamente do poder colonial”<sup>9</sup> (QUINTERO, 2014, p. 195).

Nos anos 1990, Aníbal Quijano propõe a teoria da Colonialidade do Poder, dizendo que não só as elites econômicas da *nuestra-américa* perpetuam uma visão eurocêntrica sobre nós mesmos, mas também a elite intelectual (SEGATO, 2014). Aprofundando um exemplo que já abordamos anteriormente: estudamos e aplicamos Marx como se aqui só houvesse proletariado e burguesia, enquanto nos países da América Latina há também populações nativas, descendentes de africanos escravizados, detentores de propriedades e cargos políticos herdados da colônia, grandes latifúndios e muitas temporalidades simultâneas que escapam do paradigma europeu da

---

<sup>9</sup>Tradução livre do original em espanhol

modernidade; no campo da comunicação social, estudamos a Escola de Frankfurt, semiótica e a modernidade líquida de Bauman, sem nada saber sobre a Teoria da Dependência, a Teologia da Libertação e a Teoria da Marginalidade aqui gestadas. Quando estudamos um pensador latino, escolhemos aqueles que, apesar de levarem em consideração as especificidades do continente, não põem em xeque a premissa mesma da modernidade. García Canclini, para citar um caso, caracteriza as culturas latino-americanas como “culturas híbridas”, mas segue usando uma temporalidade de caráter eurocêntrico, e caracteriza a modernidade latina como “contraditória e desigual” (CANCLINI, 1989, p.330 *apud* LANDER, 2005, *online*), sem questionar a própria escolha da modernidade como categoria universal de enquadramento temporal. Lander (2005) explica que este autor “assume que há um tempo histórico “normal” e universal, que é o europeu”, e por isso “os processos da modernidade na América Latina dão-se de forma “contraditória” e “desigual”” na concepção de Canclini (LANDER, 2005, *online*). Dizer isso não significa deslegitimar todo o trabalho do autor, que é muito vasto e certamente não é eurocêntrico em sua totalidade. Buscamos apenas apontar que este pensamento segue girando em torno das teorias europeias, encaixando-nos dentro dela e buscando respostas onde, segundo o Lander (2005), é impossível encontrá-las.

O sociólogo peruano Quijano, portanto, se refere ao conjunto do poder globalmente hegemônico, e não só à América do Sul, quando dá um novo rumo e uma mudança de paradigma na leitura que fazemos da história mundial (SEGATO, 2014, p.14). O autor foca sua argumentação numa nova dissertação sobre o poder e suas relações, situando a categoria de “colonialidade” no centro epistêmico da proposta sobre a estruturação do poder na modernidade (QUINTERO, 2014, p.195). Apesar de no capítulo anterior termos falado de estudos de currículo pós-coloniais, Segato (2014) explica que, para Quijano, não existem estudos pós-colonialistas, pois o padrão colonial ainda não terminou. A invenção da raça, perspectiva que impulsionou e justificou a

colonização europeia de outros continentes nos moldes em que aconteceu, ainda é um eixo fundamental para entender o mundo (SEGATO, 2014, p.29), principalmente a América Latina e o Brasil – e a ausência de representatividade negra e indígena e os estereótipos na mídia, como aparece na reportagem de Mirella Cunha, junto com os estudos de Dal Bó (2014) e Scotte (2014), apenas confirmam a importância do tema para a região. A colonialidade, portanto, caracteriza ainda hoje um “padrão de dominação global próprio do sistema-mundo moderno/capitalista originado com o colonialismo europeu a princípios do século XVI”<sup>10</sup> (QUINTERO, 2014, p. 195 - 196).

## 2.2 A Colonialidade do Poder

Rita Laura Segato (2014) defende que somente quatro teorias originadas na América Latina foram capazes de cruzar a fronteira imaginária que divide o norte e o sul geopolíticos e ganhar impacto no pensamento mundial sem serem consideradas apenas “locais” (SEGATO, 2014, p. 13). Segundo a autora, são elas: a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Marginalidade – junto com a Teoria da Dependência – e, mais recentemente, a Perspectiva da Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano.

Esta última, desenvolvida no contexto da queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, reorienta a história do pensamento crítico latino-americano e mundial quando desmorona-se o paradigma setentista (polaridade capitalismo-comunismo). Segato (2014) explica que, para Quijano, a pós-colonialidade e os estudos pós-colonialistas são uma falácia, na medida em que o padrão da colonialidade nunca se desconstruiu. Esta é a perspectiva que permite uma nova leitura da história mundial, a partir da qual os campos da história, da filosofia e das ciências sociais, bem como os movimentos sociais, poderão reorientar suas demandas.

---

<sup>10</sup>Tradução livre do original em espanhol



Em *Colonialidad y Modernidad-racionalidad*, o próprio Quijano (2014) explica que o início da colonização das Américas inaugurou um período histórico que se caracteriza não só pela ocupação de um território, mas também por um punhado de novas ideias de caráter científico vigentes até hoje:

A estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de precisão “científica” e “objetiva”) de significação ahistórica, ou seja, como fenômenos naturais e não da história do poder. Dita estrutura de poder foi e ainda é o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. Em efeito, ao observarem-se as linhas principais da exploração e da dominação social a escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das “raças”, das “etnias” ou das “nações” que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação deste poder mundial, desde a conquista da América em diante (QUIJANO, 2014, p.59-60).

Como consequência da biologização do conceito de raça, houve uma instrumentalização da razão pelo poder colonial, que terminou por produzir paradigmas distorcidos de conhecimento e deteriorou as promessas libertadoras da modernidade (QUIJANO, 2014). Para ele, a alternativa cabível é a destruição da colonialidade do poder mundial: a descolonização epistemológica que dê passo a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações como a base de outra racionalidade que se possa pretender universal com mais legitimidade, liberando a produção do conhecimento, da comunicação e da reflexão dos buracos da racionalidade-modernidade europeia (QUIJANO, 2014, p.68).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005, *online*) acrescenta ainda que é esta perspectiva que nos permitirá entender que o eurocentrismo é o bloqueador da visão de que não há um lugar ativo na Europa e passivo na América, por exemplo. Assim, poderíamos reestruturar os livros de história para contar a primeira revolução da

liberdade como a do Haiti ao invés da Revolução Francesa (PORTO-GONÇALVES, 2005, *online*), um giro que permite a valorização de outros povos como centrais e exemplares e a realização de que um sistema, como a economia moderna, com sua primazia total do mercado e o neoliberalismo, não é a única alternativa global possível, e sim um discurso hegemônico de um modelo civilizatório (LANDER, 2005, *online*).

### *2.3 A estruturação da sociedade na América Latina segundo a Colonialidade do Poder*

Debruçando-nos sobre a questão do modelo civilizatório, a dissecamos com a ajuda de Quintero (2014): “toda forma de existência social que se reproduz a longo prazo implica cinco âmbitos básicos de existência, sem os quais não seria possível: trabalho, sexo, subjetividade/intersubjetividade, autoridade coletiva e natureza” (QUINTERO, 2014, p.196). De acordo com o autor, que explica as teorias de Quijano, é a disputa contínua pelo controle desses campos que acarreta na (re)produção das relações de poder. Segundo esta perspectiva, o fenômeno do poder se caracteriza por ser um tipo de relação social baseada na co-presença e interatividade permanente da dominação, da exploração e do conflito, que em todos os momentos afetam as cinco esferas da existência social (QUINTERO, 2014, p.197).

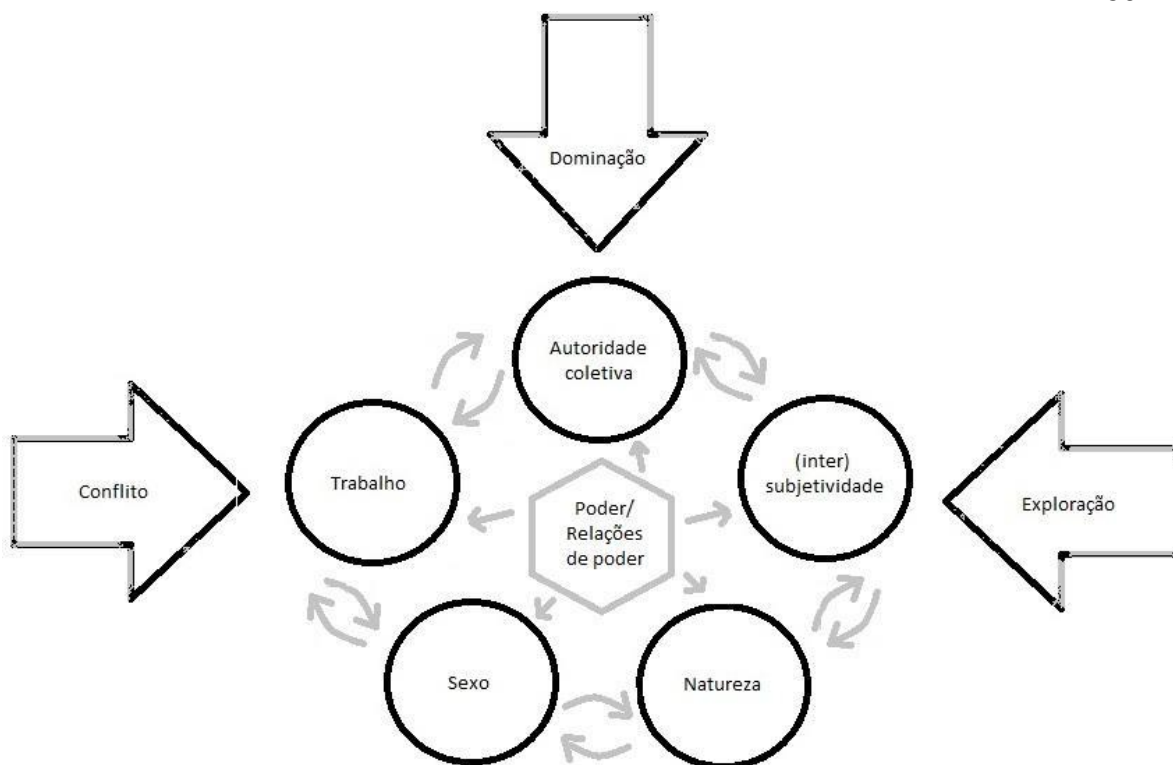


Figura 1: O poder, os elementos do poder e os âmbitos básicos da existência social

Fonte: QUINTERO, 2014, p.197 e 200

Neste panorama, cabe destacar a autoridade que a mídia detém: retratar o conflito segundo as narrativas que lhe são convenientes, assegurando assim a dominação e a exploração a favor de quem a controla. No campo da (inter)subjetividade, ajuda a criar o imaginário, as perspectivas de passado e de futuro das populações a ela expostas, a memória histórica. Qual é o sonho das pessoas? As respostas são moldadas por muitos dispositivos, entre eles a mídia e o sistema educacional - fundamentado nos currículos. A dominação, elemento mais geral das relações de poder, se baseia em um trato assimétrico onde algumas agrupações sociais exercem controle sobre o comportamento das outras (QUINTERO, 2014, p.197-198). Mas está principalmente nas esferas da (inter)subjetividade e da autoridade coletiva seu foco, organizando uma estrutura de autoridade apoiada na violência, a legitimando

através da (inter)subjetividade e do imaginário (QUINTERO, 2014, p.198). Como exemplo do envolvimento dos meios de comunicação neste panorama, podemos citar as formas como são retratados alguns protestos nos noticiários televisivos, que validam a imposição da dominação por meio da violência com narrativas em que o que é vandalismo deve ser reprimido - caracterizando também o vandalismo e os vândalos conforme seus interesses.

No quesito trabalho, ou melhor dizendo, sua exploração, há o interesse em manter uma relação de assimetria permanente no sistema atual. (QUINTERO, 2014, p.198). Os vínculos de propriedade e de produção retratadas pela mídia, portanto, representam tipos de trabalho destoantes (como as cooperativas do MST<sup>11</sup>) como um elemento de conflito. Na conceituação de Quijano, o conflito é diferente da versão da teoria sociológica liberal tradicional (perpetrada pela mídia), baseada no contrato social, no consenso ou na integração como condição primordial de existência social, sendo o conflito um estado atípico e prejudicial (QUINTERO, 2014, p.199). Nesta visão liberal, manifestações populares para a manutenção da ordem nos noticiários são vistas como positivas, enquanto aquelas que visam uma mudança nas estruturas sociais são conflitos não desejados.

Ao contrário também do materialismo histórico, Quijano sustenta que a exploração não é a única forma de dominação existente (QUINTERO, 2014, p. 198). Há também o controle do sexo e da reprodução sexual, perpetrada pelos padrões de amor romântico das novelas da televisão brasileira, por exemplo. Segato (2014) acrescenta ainda que a própria noção de patriarcado como conhecemos hoje, com relações de gênero baseadas no binarismo, surge também com a colonialidade. “O lugar das mulheres, em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem as suas raças, mais perto da

---

<sup>11</sup>Movimento dos Sem Terra

natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza” (SEGATO, 2014, p.30) foi definido este lugar. “É provável, ainda que a questão esteja por ser indagada, que a ideia de gênero tenha sido elaborada depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista” (SEGATO, 2014, p.30).

Assim sendo, desde a perspectiva da colonialidade do poder, as relações sociais são formações configuradas pelas ações dos sujeitos e das agrupações sociais no andamento das suas disputas e conflitos. Quando essas relações se reproduzem tendendo à permanência, são gerados modelos ou pautas de comportamento, que por sua vez, quando mantidos a longo prazo, conformam instituições sociais que, mais adiante, dão forma às ações e condutas desses sujeitos (QUIJANO, 2001 *apud* QUINTERO, 2014, p. 201), gerando um ciclo (ver figura 2 na página seguinte para melhor compreensão).

#### *2.4 Os meios de comunicação e as instituições de ensino sob a perspectiva da Colonialidade do Poder*

Se definimos os meios de comunicação e as instituições de ensino, como escolas e universidades, como parte das instituições sociais que são formadas a partir dos modelos de comportamento gerados pelo conflito, podemos indagar: estarão a mídia e as universidades colaborando para que siga a dominação de um único panorama, no caso, a perspectiva eurocêntrica e colonial? A figura 2 oferece uma visão gráfica desta suposição:

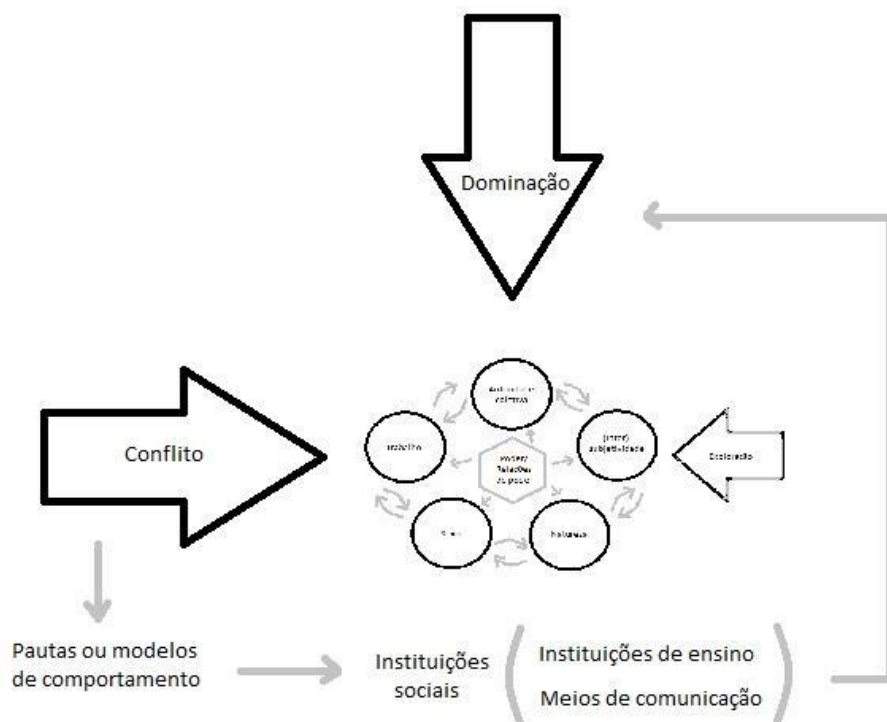


Figura 2: Reprodução da ações sociais impulsionadas pelo conflito

Fonte: adaptação da autora a partir do esquema de Quintero (2014)

Sendo a universidade a instituição que forma os agentes do campo dos media, se a prática nas universidades fosse diferente, poderia esta instituição social não colaborar para o seguimento da dominação de um paradigma (colonial, racista, patriarcal, etc) sobre os demais? Veiga da Silva (2015) parece concordar que o jornalismo, dentro do campo dos media, atua conforme descrito anteriormente, ao dizer que através das notícias somos apresentados a uma realidade baseada em visões de mundo predominantes, que apresentam sistemas e hierarquias de valores hegemônicos (de gênero, classe, raça) que não aparentam criticidade no exercício do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22). “Deparamo-nos com a naturalização e exaltação desses valores no conhecimento produzido pelo jornalismo, explicitados nas possibilidades mais difundidas de resolução de conflitos, compreensão dos sujeitos e dos fenômenos

sociais” (VEIGA DA SILVA, 2015, p.22). A autora também tece comentários sobre a questão da dominação e da naturalização de certos conceitos:

É também através das notícias que aprendemos, por exemplo, a conviver com a dominação (seja de um sujeito ou povo sobre o outro, seja da natureza), com a prevalência da força sobre a diplomacia na resolução de conflitos, o que indica uma valoração maior de atributos como força, imposição, disputa e agressividade, que estariam ligados ao que socialmente convencionamos como masculino, e a entendermos tais resoluções como “normais” ou “naturais”, sem necessidade de esforço para justificá-las. Igualmente nos habituamos a determinadas descobertas científicas que atestam a supremacia de determinados sujeitos, corpos e comportamentos, naturalizando-as como se não fossem sujeitas a questionamentos e complexidades. Nessas noções predominantemente essencialistas e estruturantes da realidade estão implícitos pressupostos historicamente legitimados como verdade sobre as coisas e sobre as formas de se estar no mundo, o que nos leva a estranhar e a desvalorizar aquilo que não corresponda a esses vieses de pensamento. As formas de organização social vigentes e as desigualdades delas decorrentes jamais são postas em questionamento e seguem sendo difundidas como parte daquilo que há de mais “natural” nas relações humanas, tomadas como dadas e fixas (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22).

Relacionando estas teorias com o que expusemos sobre o poder e a verdade, Veiga da Silva (2015) explica que nas tramas complexas do poder e do saber somos “classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2012, *apud* VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22).

O principal diferencial entre os estudos pós-coloniais e a perspectiva de Quijano, portanto, é a afirmação desta última de que a colonialidade e a invenção da raça são uma precondição indispensável para compreender a ordem mundial moderna (SEGATO, 2014, p.17), a América Latina e, principalmente, as estruturas e relações de poder e de verdade que regem todos os campos do saber, do ensino e da prática de profissões e, mais relevante para este trabalho, o ensino e a prática do jornalismo e suas consequências em nosso país.

### 3 A colonialidade no currículo da UFRGS: uma pesquisa empírica

Partindo da premissa de que os currículos em geral são elementos simbólicos do projeto social dos grupos de poder (SILVA, 2006, p. 11), parece pertinente analisar o conteúdo estudado nas faculdades de jornalismo, profissão que exerce papel importante nas esferas de tomada de decisão a nível nacional e local, individual e coletivo. Este trabalho busca uma compreensão mais apurada da relação entre o tipo de preparo que recebem os profissionais da imprensa e o conteúdo publicado nos meios de comunicação hegemônicos. É, portanto, um esforço em direção à uma comunicação social e a currículos engajados com as perspectivas descolonialistas, o que definiu o foco da coleta, da seleção e da análise dos dados.

Esta pesquisa empírica se pretende uma exploração técnica e sistemática segundo exposto por Marconi e Lakatos (1999), porém não exata justamente porque baseada em critérios subjetivos passíveis de contestação. As autoras propõem que o investigador se baseie em conhecimentos teóricos anteriores e a partir daí planeje o método a ser utilizado, formulando problemas e hipóteses e registrando sistematicamente os dados. Então, o pesquisador analisará esses dados com a maior exatidão possível utilizando os instrumentos e meios mecânicos adequados para a coleta e para as demais etapas do trabalho (MARCONI e LAKATOS, 1999, p.20). Neste caso, foi utilizado o *software* NVIVO, da família dos CAQDAS (Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software).

É também uma pesquisa social - “visa melhorar a compreensão de ordem, de grupos, de instituições sociais e éticas” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p.23) - de tipo básica pura ou fundamental, pois “procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-los na prática” (MARCONI e



LAKATOS, 1999, p.22). Em um primeiro momento é qualitativa - pois na catalogação dos dados as informações particulares de cada texto e autor são os critérios relevantes, e na fase da análise é usada uma abordagem quantitativa, na medida em que se contam e comparam quantos textos e autores foram tabulados em cada categoria. Quanto ao tipo de abordagem, entende-se que a pesquisa em ciências sociais e, conseqüentemente, também este estudo, não são atividades neutras e objetivas. Aqui a pesquisadora acaba por permitir que seus valores transpareçam, ao contrario da perspectiva positivista explicada por Goldenberg (GOLDENBERG, 2011, p.17). A preocupação aqui é com “casos particulares e não com a formação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais” (GOLDENBERG, 2011, p.19), e entende-se que apesar de esta pesquisa possuir um componente quantitativo, “os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais, e isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade” (GOLDENBERG, 2011, p.18). Assim como propõe a sociologia compreensiva, a pesquisadora é sujeito e ao mesmo tempo objeto do estudo.

### *3.1 Metodologia*

#### *3.1.1 O corpus*

As fontes primárias deste estudo são os planos de ensino (programas) das disciplinas obrigatórias do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo da UFRGS do primeiro semestre de 2016, disponíveis no site da instituição<sup>12</sup>. Em cada um deles, foram selecionados os textos e respectivos autores da bibliografia básica essencial (disponíveis no anexo). São elas:

---

<sup>12</sup>Disponível em <<https://www1.ufrgs.br/intranet/portal/public/index.php?cods=1.1.2.6>> após login no site da UFRGS.

Etapa 1: Comunicação, história e sociedade; Ética, legislação e atuação profissional; Fundamentos de rádio e televisão; História da imprensa e Teorias da imagem.

Etapa 2: Introdução à fotografia; Mídia impressa; Mídias audiovisuais e Teoria e técnica da notícia.

Etapa 3: Comunicação e cidadania; Comunicação na web; Fotojornalismo; Jornalismo impresso I; Teoria e técnica da entrevista jornalística e Teorias da comunicação.

Etapa 4: Cibercultura; Jornalismo impresso II; Planejamento gráfico em jornalismo; Radiojornalismo I e Telejornalismo I.

Etapa 5: Comunicação e política; Jornalismo impresso III; Radiojornalismo II; Telejornalismo II e Teoria do jornalismo I.

Etapa 6: Jornalismo impresso IV; Metodologias de pesquisa em comunicação; Radiojornalismo III; Telejornalismo III e Teoria do jornalismo II.

Etapa 7: Estudos críticos da comunicação; Ética e jornalismo; Jornalismo e administração e Webjornalismo.

A escolha da bibliografia básica essencial como objeto de análise resulta de uma limitação metodológica que desencadeou um difícil processo reflexivo. Explico: para conseguir os planos das disciplinas recebidos pelos alunos no período estipulado para a pesquisa, seria necessário pedi-los aos professores e depender de seus prazos e boa vontade em colaborar com a investigação. Caso pedisse aos alunos, teria que encontrar sujeitos matriculados em cada uma das etapas, dependendo também de seus prazos. Por outro lado, o site da UFRGS fornece tais planos, que tem ainda a vantagem de serem a informação oficial oferecida pela universidade. A coleta do corpus, portanto, foi realizada através da página web. As dúvidas decorrem da percepção da autora, que

cursou todas essas disciplinas enquanto aluna da graduação, de que o material concedido pelo site não condiz, necessariamente, com o que os estudantes recebem em sala de aula. O que é realmente lido pelos alunos que cursam a disciplina é o que consta no cronograma, que especifica as leituras base para a aula do dia, e não o que está na bibliografia básica essencial. Os dois planos - os do site e os entregues aos alunos pelo professor -, em alguns casos, são iguais, mas em outros o do site figura incompleto. Ficou decidido, então, que apesar de o ideal ser analisar o cronograma, representante do que realmente acontece em sala de aula, em nome de uma uniformidade quantitativa entre as disciplinas seria analisada a bibliografia básica essencial, que consta em equilíbrio numérico em todos os planos. Desta forma, evita-se uma aparente desproporção entre os assuntos tabulados.

Textos repetidos não foram computados, bem como autores que aparecem mais de uma vez. As disciplinas Jornalismo impresso III e Jornalismo impresso IV, por exemplo, tem a mesma bibliografia básica essencial, portanto a segunda foi descartada. Textos que têm mais de um autor tiveram todos eles considerados. Assim, o número total de textos analisados foi de 79, enquanto de autores foi de 88.

No *software* NVIVO, os pdf's dos programas foram adicionados em *Fontes*, dentro de pastas nomeadas segundo a etapa. Depois, cada pdf teve a parte do texto referente às leituras das disciplinas classificadas em *Nós*, conforme será explicado mais adiante.

Fontes: uma pasta para cada etapa (semestre) do curso de graduação

Pasta da etapa 1 aberta, mostrando os documentos nela contidos

Pdf com o plano da disciplina aberto, mostrando a área da bibliografia básica essencial. O texto a ser analisado está selecionado

Figura 3: página do NVIVO no momento da seleção do texto a ser classificado

Fonte: captura de tela do *software* NVIVO

### 3.1.2 A classificação dos textos e autores em categorias

A definição das categorias provou ser o maior desafio na execução da pesquisa empírica. Afinal, como definir um texto como relevante ou não para uma perspectiva descolonialista? A primeira ideia foi elencar a nacionalidade dos autores, e identificar quantos deles provém de países europeus e dos EUA e quantos de países latino-americanos. Apenas este critério pareceu insuficiente, pois sabe-se que o local de origem de uma pessoa não necessariamente a identifica com os pensamentos predominantes naquele meio. Grande parte dos autores brasileiros faz intercâmbios em outros países, mas em sua maioria para a Europa ou Estados Unidos. Pesquisadores

destes locais, por sua vez, podem ser estudiosos do nosso continente, com visões colonialistas ou não. Portanto, o conteúdo dos textos também foi considerado.

As *teorias universais* neles contidas, ou seja, que partem de uma teoria local para o ocidente hegemônico mas que se pretendem consenso e referência para o mundo inteiro, foram separadas daquelas *locais* - que apresentam narrativas alternativas para o atual modelo civilizatório, baseado na “sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à *boa vida*” (LANDER, 2005, *online*). Isso foi feito a partir da leitura das sinopses de cada texto.

O ideal seria poder ler na íntegra todos os livros listados antes de classificá-los, mas devido ao tempo e escopo deste trabalho isso não foi possível. Seria necessário uma pesquisa maior, com análise mais aprofundada, incompatível com um TCC<sup>13</sup>. Para nortear a classificação em local X universal, diante de cada texto foi perguntado: este trabalho formula alternativas teóricas e/ou políticas ao que já está estabelecido ou parte de um ponto consolidado como consenso mundial?

Foram acrescentadas também outras classificações, não necessariamente ligadas à identificação de padrões de colonialidade/descolonialidade, mas que ajudam a formar um panorama mais amplo do que é estudado na faculdade de comunicação social - habilitação em jornalismo da UFRGS e de quem são os autores escolhidos para fazer parte da seleção, na esperança de que essas informações possam servir a outros pesquisadores no futuro. Abaixo, a lista completa das classificações:

---

<sup>13</sup>Trabalho de Conclusão de Curso

## a. Sobre os autores:

- Gênero: *homem, mulher* ou *outros*. Cada autor foi enquadrado em apenas uma das opções. Para fins de recorte e por limitações metodológicas apenas três categorias foram consideradas, embora esteja claro que a questão dos gêneros é mais ampla e diversa.
- Etnia: *Branco* (incluso judeus ashkenazis), *afrodescendente, indígena, asiático, árabe, não identificado* e *outros*. A classificação foi feita a partir da foto de cada autor, com base em autodeclaração dos sujeitos, quando disponível, ou da impressão da autora. A categoria *pardos* não consta, pois é subjetiva e de difícil designação. Assim sendo, aqueles que não possuem uma etnia visivelmente predominante foram incorporados em *não identificado*.
- Origem: *Europeu/norte-americano, latino-americano, brasileiro* e *outros*. Está claro que brasileiros se enquadram como latino-americanos, mas para os fins da pesquisa procuramos saber se, além de brasileiros, estudamos também nossos vizinhos. Por isso foram classificados em separado. Alguns autores constam em mais de uma opção, pois nasceram em um lugar mas cresceram e trabalharam em outro.

## b) Sobre os textos:

- Conteúdo do texto: *local* ou *universal*, conforme exposto anteriormente.
- Tipo de texto: *Teórico, prático* (conhecimentos para o fazer) ou *literário*. Alguns textos se enquadram em mais de uma categoria concomitantemente.
- Assunto do texto: *literatura, educação/cidadania, pesquisa, publicidade/relações públicas/administração, política, ética, história, comunicação visual (teorias da imagem, cinema, artes, design, fotografia, semiótica, vídeo), informação/(teorias da) comunicação,*

*cultura/consumo/indústria cultural/mídia e jornalismo/meios de comunicação (rádio, TV, impresso, web)*. Alguns textos se enquadram em mais de uma opção. *Publicidade/relações públicas* foi unida à *administração* na fase da análise dos dados devido ao baixo número de textos em cada categoria. A princípio, *antropologia/sociologia/filosofia/psicologia* também constava como alternativa, mas foi eliminada por serem mais campos de atuação dos autores do que assuntos dos textos em si. Ao final da análise, não havia nenhum texto ali contido, e a categoria perdeu sua razão de ser.

No *software* NVIVO, cada texto foi selecionado conforme a figura 3 e depois classificado em *Nós*. Cada *Nó* representa uma categoria descrita acima, consoante ao que pode ser observado na figura 4:

The screenshot shows the NVivo software interface. On the left, the 'Nós' (Nodes) list is visible, with 'Nós' selected. The main window displays a text document with a bibliography section. The following table represents the data from the 'Nós' list in the screenshot:

Nome	Fontes	Referências
assunto do texto	33	77
administração	1	1
cibercultura	3	6
ciência política	3	4
comunicação visual (	10	13
cultura - consumo - i	9	18
educação - cidadani	2	3
ética	3	5
história	5	7
informação - (teorias	11	16
literatura	1	1
meios de comunicaç	21	41
pesquisa	1	3
publicidade - relação	2	3
conteúdo do texto	33	79
etnia do autor	32	88
gênero do autor	32	88
origem do autor	32	88
tipo de texto	33	79

Annotations in the image:

- A opção selecionada: Nós
- As possibilidades de classificação das fontes primárias (textos do plano de ensino das disciplinas)
- O texto a ser classificado nos Nós

Figura 4: a classificação dos textos em Nós no NVIVO

Fonte: captura de tela do *software* NVIVO

### 3.1.3 A análise dos resultados

a) Sobre os autores:

- Gênero: dos 88 autores analisados, 22 são mulheres (25% do total) e 66 são homens (75% do total), o que significa que são estudados três vezes mais autores homens do que mulheres.

**Gráfico 1: Os resultados da análise do gênero dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1**



- Etnia: seguramente não precisaríamos de outra análise demonstrando que a maioria dos autores estudados na academia são homens brancos, portanto este

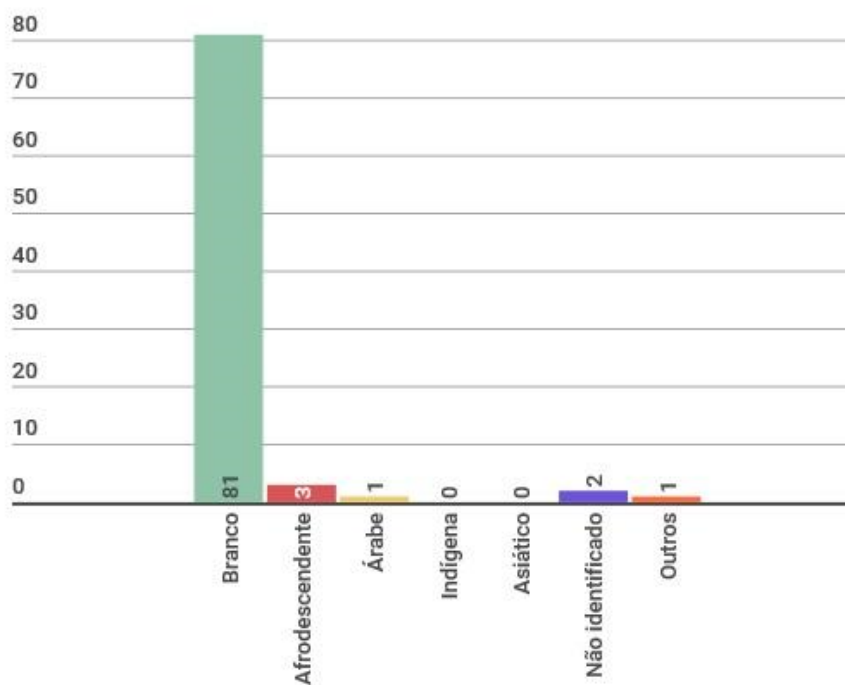


não é o foco do trabalho. Mesmo assim, os dados coletados comprovam esta teoria, demonstrando que 92% dos 88 autores são pessoas brancas, e apenas 3 autores são afrodescendentes. Em um país cujos povos originários são indígenas e 97 milhões de pessoas (50,7% da população) se autodeclaram *pretos* ou *pardos*, segundo o IBGE<sup>14</sup>, a baixa - ou nula, no caso dos indígenas - representatividade dessas populações entre os autores impressiona, mesmo com ciência do histórico de exclusão social sofrido. A colonialidade se evidencia nesta categoria, pois são privilegiados - conscientemente ou não - os autores brancos em detrimento de outros. Cabe lembrar também que não estamos afirmando que a razão da seleção dos escritores com este perfil é feita por má fé, pois acredita-se em um componente histórico para este fato. Devido ao poder colonial e à sua hegemonia acadêmica e intelectual, presente também em todas as demais áreas da sociedade, os autores e autoras representantes de minorias existem em menor número, posto que durante muito tempo não tiveram acesso às universidades e à posições de prestígio tradicionalmente brancas masculinas. As proporções encontradas na pesquisa confirmam, portanto, a ideia de que este fenômeno é parte de uma “matriz de poder” geral.

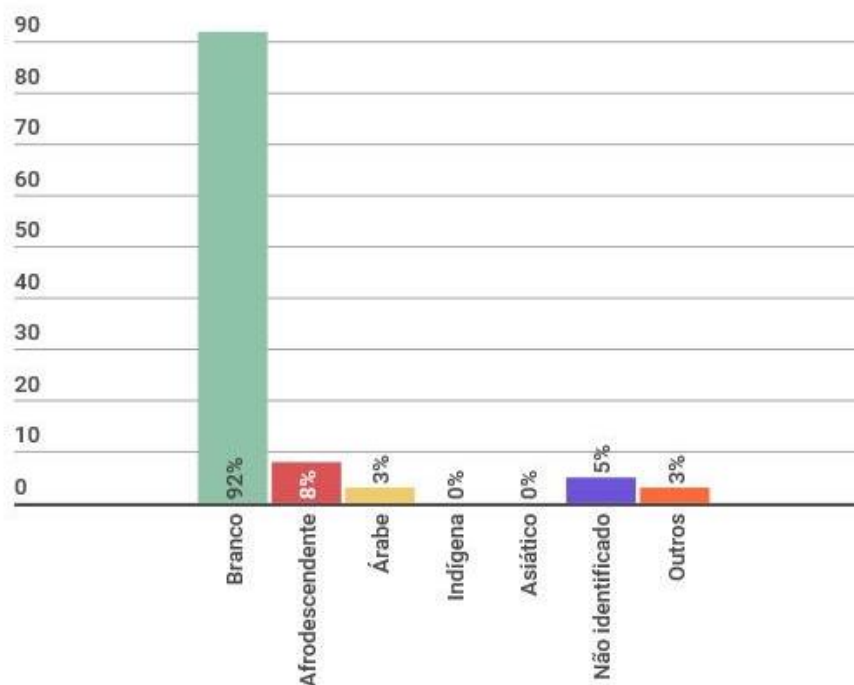
---

<sup>14</sup> fonte: censo de 2010 com resultados disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>

**Gráfico 2: Os resultados da análise da etnia dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos.**



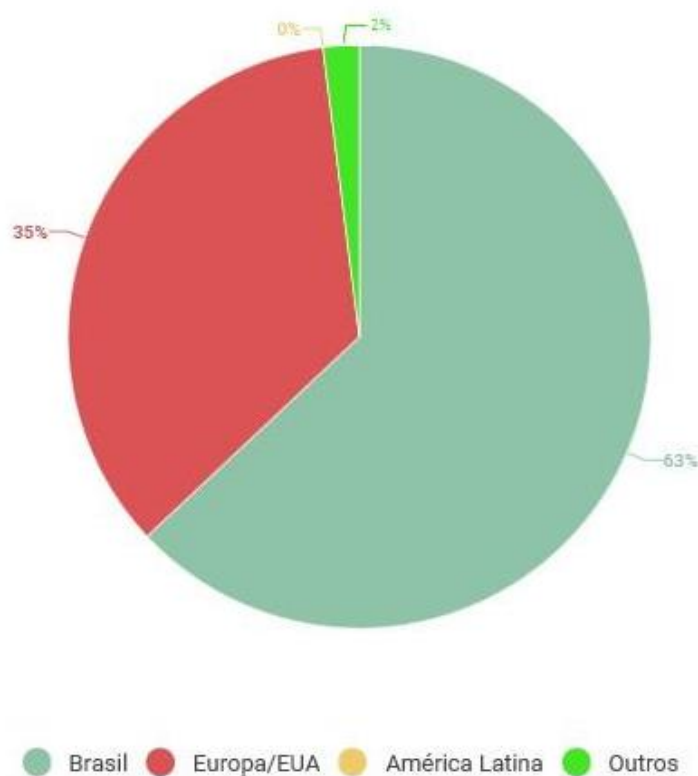
**Gráfico 3: Os resultados da análise da etnia dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens.**



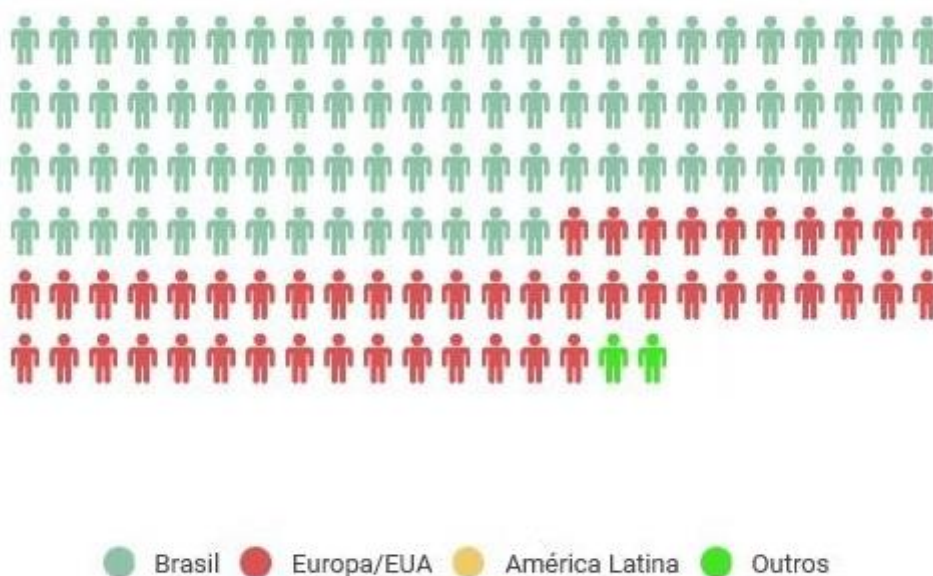
- Origem: A análise dos locais de origem revelou surpresas. Autores brasileiros (63%) superam o número de europeus/norte-americanos (35%) em 28%. Estes números podem ser decorrentes da baixa amostragem, pois a bibliografia básica essencial apresenta entre um e quatro textos apenas. Quando analisado um corpus maior, contendo a totalidade dos textos citados nos planos das disciplinas, o resultado poderá ser o inverso. Mesmo assim, o número de europeus/norte-americanos segue sendo alto, considerando que não há nenhum autor latino-americano recomendado nos planos de ensino. O resultado esperado era que o número de latinos fosse menor que as outras categorias, mas não 0%.

Isso somente comprova a urgência em tratarmos este tema na academia e na mídia, posto que estamos inseridos neste continente e temos histórias, demandas e um perfil político e social semelhantes aos dos nossos vizinhos. Desconsiderando seus estudos, estamos perdendo fontes valiosas e oportunidades de aprimoramento e conhecimento dos nossos próprios processos. No campo político, a falta de integração com o continente nos deixa vulneráveis e reféns das demandas e projetos nortenhos e de um imperialismo contemporâneo com influência na economia e nos sistemas de valores.

**Gráfico 4: Os resultados da análise da origem dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens.**



**Gráfico 5: Os resultados da análise da origem dos autores que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números.**

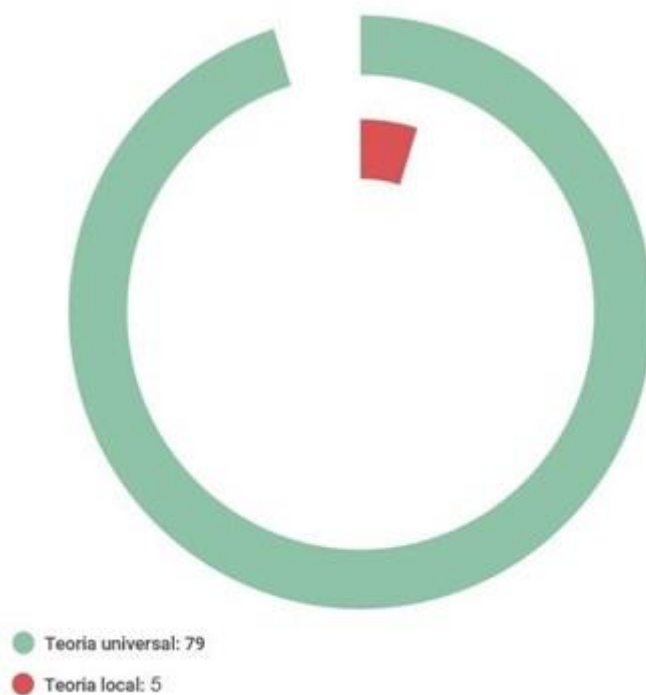


b) Sobre os textos

- Conteúdo do texto: A seleção entre teorias locais e universais é de extrema importância para este estudo. Enquanto a origem dos autores nos mostra um problema de representatividade mas uma forte presença de autores brasileiros, aqui podemos perceber claramente a predominância de temas originalmente pensados para e sobre o “primeiro mundo”, uma vez que todos os 79 textos tratam, de uma forma ou de outra, de categorias totalizantes. Apenas 5 textos marcam um pensamento voltado para o local, mas estão inseridos em ambas as categorias, posto que não deixam de conceber ordens hegemônicas como ponto de partida. Aqui cabe mencionar mais uma vez as limitações deste estudo, que se baseou nas resenhas dos textos e não em sua totalidade. Assim como em toda

pesquisa social, também este trabalho é passível de outras interpretações. Como exemplo, podemos citar o texto “História social da imprensa”, de José Marques de Melo, que trata da implantação da imprensa no Brasil prezando pelos processos específicos aqui vividos - o que a configuraria como local. Porém, trata principalmente do “atraso histórico” do país neste processo, o que nos faz perceber que coloca a Europa como referência de avanço histórico (uma perspectiva de história que se pretende universal). Em uma visão não colonialista, antes de definir algo como atrasado, o autor se perguntaria: atrasado em relação a que/quem? Mas quando nos baseamos no texto completo e não na resenha do livro de Melo, entendemos que se refere ao atraso histórico em relação aos demais países latinos, e não necessariamente europeus. Assim como este exemplo, cada uma das leituras componentes do corpus estão permeadas de subjetividades e complexidades em sua tabulação, o que não chega a invalidar a totalidade do estudo. Pelo contrário, apenas demonstra a necessidade de mais olhares e abordagens em direção aos estudos de currículo e às perspectivas descolonialistas, a fim de compor um panorama mais bem embasado do que acontece dentro das universidades.

**Gráfico 6: Os resultados da análise da proporção entre as teorias locais e universais dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1**



- Tipo de texto: 57 textos são teóricos, enquanto 32 são práticos e 2 literários. Esses números demonstram que há uma prevalência numérica de teóricos (64%) sobre práticos (36%).

**Gráfico 7: Os resultados da análise dos tipos de textos (teóricos, práticos ou literários) que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos**

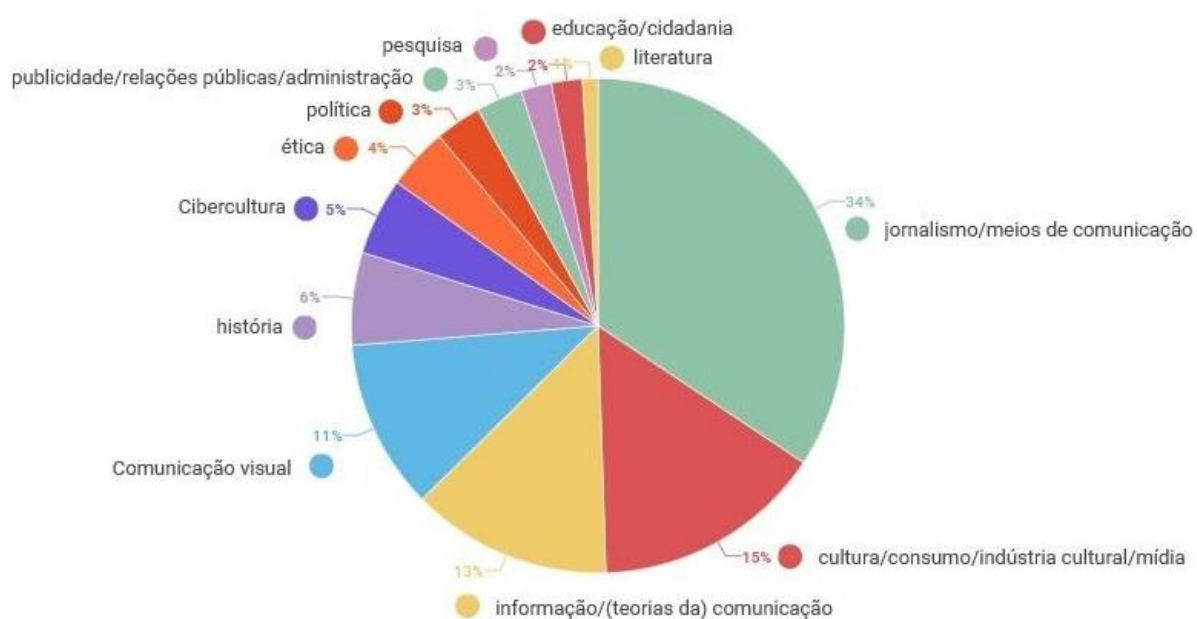


- Assunto do texto: a análise atesta que os assuntos mais recorrentes entre os textos são *jornalismo/meios de comunicação (impresso, rádio, TV e web)*, que representa 34% do conteúdo, seguido de *cultura/consumo/indústria cultural/mídia*, com 15%, *informação/(teorias da) comunicação*, com 13% e *comunicação visual (teorias da imagem, cinema, artes, design, fotografia, semiótica, vídeo)*, com 11%. Alguns textos foram adicionados em mais de uma categoria, por isso há uma discrepância entre o número total de textos analisados (79) e a soma dos textos contidos em cada categoria (115). O texto “História

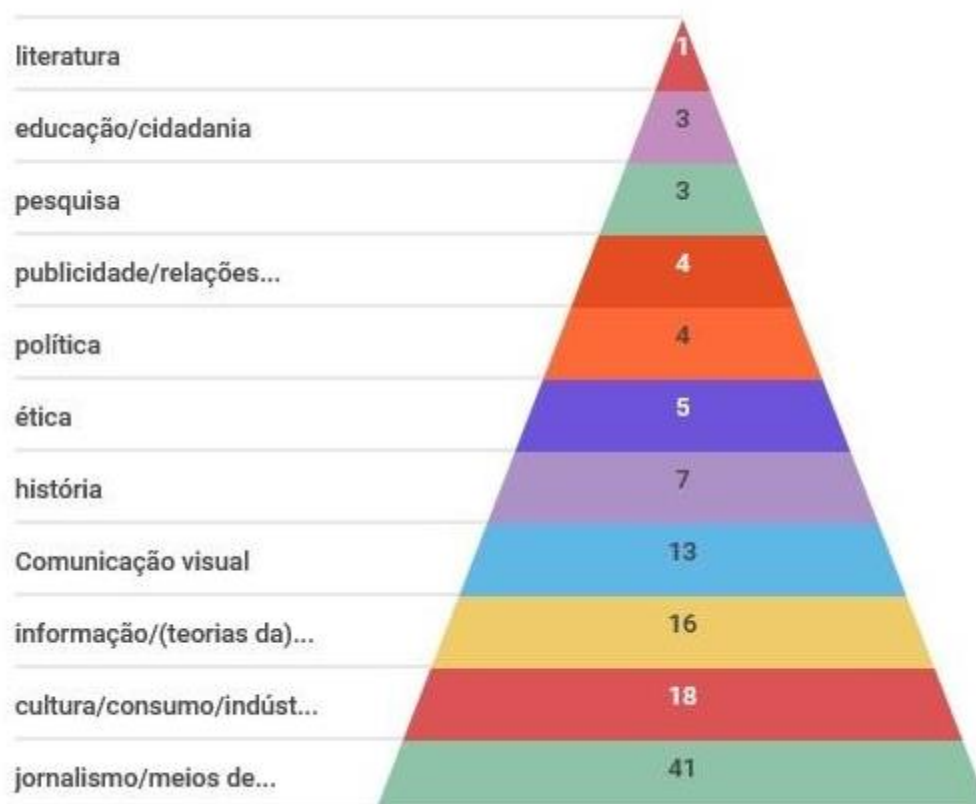


crítica do fotojornalismo ocidental”, por exemplo, consta em *cultura visual* (foto), *meios de comunicação* (jornalismo) e *história*.

**Gráfico 8: Os resultados das análises dos assuntos dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em porcentagens**



**Gráfico 9: Os resultados das análises dos assuntos dos textos que constam na bibliografia básica essencial do curso de comunicação social – habilitação em jornalismo da UFRGS em 2016/1 em números absolutos**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial deste trabalho foi analisar o currículo do curso de comunicação social - jornalismo da UFRGS através da classificação das leituras contidas na bibliografia básica essencial dos planos das disciplinas obrigatórias da faculdade. A motivação para o trabalho foi a hipótese, baseada na percepção da autora após um intercâmbio na Argentina, de que a universidade brasileira não valoriza os saberes dos países vizinhos na formação dos profissionais da imprensa - priorizando teorias e autores europeus e norte-americanos -, enquanto os *hermanos* nos estimam e destacam. Além disso, buscou-se questionar o motivo de algumas escolhas para o jornalismo serem hegemônicas, a partir da análise do que é estudado por esses profissionais durante sua formação.

A recente reforma dos currículos dos cursos de jornalismo no país, impulsionada por diretriz do MEC, indicou que a ocasião era propícia para uma mirada mais apurada sobre as direções teóricas do currículo, o que foi um dos objetivos deste trabalho. Além disso, o atual momento político brasileiro ajudou a revelar - como em outros momentos críticos da história - o caráter dos meios de comunicação massivos no Brasil, que operam os critérios de noticiabilidade segundo interesses próprios e corporativos, ademais de mostrarem “uma condição mais conservadora do conhecimento jornalístico no encontro com o Outro e na tecedura da realidade” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 257). Esses fatos demonstram a urgência em revisitar os conceitos segundo os quais operamos nas faculdades de jornalismo, conforme comprovado pelos resultados da pesquisa empírica.

A vontade de investigar a questão da representatividade de diferentes segmentos da população dentro da universidade, bem como dos conteúdos a eles relacionados, e

sua influência na prática do jornalismo que podemos observar nos maiores meios de comunicação locais, também representam uma grande motivação para a realização desta pesquisa.

Conforme esperado, a pergunta que norteou o projeto - que sentidos a faculdade de jornalismo da UFRGS constrói sobre a prática do jornalismo na América Latina? - não foi respondida. Apesar disso, os resultados demonstraram que é importante saber “o que e como os jornalistas conhecem para tentar entender o que e como dão a conhecer na forma de notícias” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 257), pois o que vemos é uma consonância entre os resultados da pesquisa e o que é publicado/veiculado nos meios de comunicação de referência: uma ausência de perspectivas descolonialistas, associada à falta ou distorção na representatividade de sujeitos não-brancos, de mulheres e de LGBTTs, ao mesmo tempo em que o modo de vida liberal e eurocêntrico é a alternativa viável nas narrativas da realidade.

Exemplos não faltam. Paula Cesarino Costa, ombudsman da Folha de S. Paulo, escreveu em 05/06/2016 sobre a reportagem do jornal referente ao recente caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro, cujo título foi "Chorei quando vi o vídeo, diz avó de garota que afirma ter sido estuprada":

Para a Redação, escrever que a garota diz ter sido estuprada não se trata de erro, mas de descrição factual, pela qual não se levantaria dúvida alguma sobre o estupro em si. Discordo. Soa como covardia do jornal, disfarçada de distanciamento. No dia anterior (25/5), por cerca de duas horas, o jornal publicou texto na internet que falava de "suposto estupro". Erro grave.<sup>15</sup>

Está claro que a crítica da ombudsman é um avanço em relação ao tom usado na abordagem do jornal sobre o tema. Apesar disso, o texto não teria sido necessário se,

---

<sup>15</sup>Disponível em: [http://m.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/06/1778394-a-cultura-do-estupro-no-jornal.shtml?cmpid=compfb#\\_=\\_](http://m.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/06/1778394-a-cultura-do-estupro-no-jornal.shtml?cmpid=compfb#_=_)

desde o princípio, os repórteres e editores não tivessem atribuído dúvidas sobre a veracidade de fatos já comprovados, questionamentos que acontecem quando se trata de violência contra a mulher. Isso reflete, apesar de parecer uma associação longínqua, um caráter patriarcal que é herança do colonialismo.

Assim como Veiga da Silva (2015) e baseando-me nos resultados da pesquisa, que confirmaram a hipótese inicial de um currículo eurocêntrico, afirmo que “os saberes selecionados para a forja da identidade profissional dos jornalistas dizem muito sobre suas relações mais amplas com o poder-saber (FOUCAULT 2012), sobre a forma como se aprende a produzir conhecimentos sociais expressos nas notícias” (VEIGA DA SILVA, 2015, p.257). Por isso, espera-se que este trabalho seja um estímulo e apenas um dentre muitos esforços nestas linhas de pesquisa - análise de currículo e estudos sobre Colonialidade do Poder -, abrindo novas possibilidades de compreensão dos mecanismos de poder, verdade e dominação na nossa sociedade. Aproveito a oportunidade para recomendar fortemente a realização de outros trabalhos sobre o tema tanto no campo do jornalismo quanto das demais ciências sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAL BÓ, Jade De Barros; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Em Busca do Direito à Informação: Por que os alunos de escolas públicas não conhecem o seu direito de acesso ao Ensino Superior a partir da reserva de vagas?**. Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS, Porto Alegre, 2014. Resumo disponível em:

<[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/112791/Resumo\\_37466.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/112791/Resumo_37466.pdf?sequence=1) > Acesso em: 06/03/2016

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. 295p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979, 307p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Editora Ortiz, Porto Alegre, 1989. 230p.

GENTILLI, Victor. **O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais:os vínculos com a Comunicação**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, n.19, 2002

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

GORE, Jennifer M. **Foucault e educação: Fascinantes desafios**.in SILVA, Tomaz Tadeu (org). O Sujeito da Educação. Estudos foucaultianos. Petrópolis, Vozes, 2011. 260p.

KILPP, Jéssica Caroline. **#precisamos falar sobre aborto : um estudo dos comentários na campanha da Revista TPM no Facebook**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (graduação em comunicação social), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/125958>> Acessado em 13/06/2016

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur

Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander/rtf>> Acessado em: 02/05/2016

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MIRANDA, Amanda. **Comentário da semana: a narrativa do impeachment - hegemonia na formação da opinião pública**. Objethos, 18 de abril de 2016. Disponível em:

<<https://objethos.wordpress.com/2016/04/18/comentario-da-semana-a-narrativa-do-impeachment-hegemonia-na-formacao-da-opiniao-publica/>> Acessado em 02/05/2016

PORTO-GONÇALVES, Walter. **Apresentação da edição em português** in LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>> Acesso em: 10/02/2016

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad-racionalidad** in PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (orgs). Aníbal Quijano - textos de fundación. Ediciones del Signo. Buenos Aires, 2014, p.19-69

QUINTERO, Pablo (org). **Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina** in QUIJANO, Aníbal. Des/colonialidad y bien vivir. Editorial Universitaria. Lima, 2014, p. 193-212.

SCOTTE, Laura Jahn; ANTONI, Edson. **Ensino de História latino-americana, livros didáticos e descolonialidade**. Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS, Porto Alegre, 2014. Resumo disponível em:

<[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/112803/Resumo\\_35230.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/112803/Resumo_35230.pdf?sequence=1)> Acesso em: 06/03/2016

SEGATO, Rita Laura. **La perspectiva de la colonialidad del poder** in PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (orgs). Aníbal Quijano - textos de fundación. Ediciones del Signo. Buenos Aires, 2014, p. 13-42.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009. 156p.

\_\_\_\_\_. **O currículo como fetiche. A poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte, Autêntica, 2006. 120p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - volume I - Porque as notícias são como são.** Editora Insular, Florianópolis, 2012. 224p

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo - volume II. A tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, Insular, 2008.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis : um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>> Acesso em 06/03/2016

## ANEXOS

### 1 Corpus da pesquisa: as leituras da bibliografia básica essencial em capturas de telas dos planos das disciplinas do curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo da UFRGS.

#### 1.1 Etapa 1

##### 1.1.1 Comunicação, história e sociedade

<p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica Essencial</b>          SANTAELLA, Lucia - <i>Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura</i> - Editora Paulus (ISBN: 8534921016).          SILVERSTONE, Roger. - <i>Por que estudar a mídia?</i> - Editora Loyola (ISBN: 0761964541).</p>
--

Página 2



### 1.1.2 Ética, legislação e atuação profissional

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
COSTA, Caio Túlio. - <i>Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória</i> - Editora Jorge Zahar (ISBN: 978-85-378-0124-6). KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org) - <i>Comunicação pública, sociedade e cidadania</i> - Editora Difusão (ISBN: 978-85-7808-097-6). TOSCANI, Oliviero - <i>A publicidade é um cadáver que nos sorri</i> - Traduzido por Luiz Cavalcanti de M. Guerra - Editora Ediouro (ISBN: 85-00-93195-7; 2-905292-89-X).

### 1.1.3 Fundamentos de rádio e televisão

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>

Página 2



## PLANO DE ENSINO

Data de Emissão: 12/03/2016

FERRARETTO, Luiz Artur - <i>Rádio - O veículo, a história e a técnica</i> - Editora Doravante (ISBN: 85-99219-20-0). MATTOS, Sérgio - <i>História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política</i> - Editora Vozes (ISBN: 85-326-2749-8). STRAUBHAAR, Joseph; LaROSE, Robert - <i>Comunicação, mídia e tecnologia</i> - Editora Thomson (ISBN: 85-221-0376-3).
---

### 1.1.4 História da imprensa

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca - <i>História da Imprensa no Brasil</i> - Editora Contexto (ISBN: 978-85-7244-402-6). Francisco Rüdiger - <i>Tendências do Jornalismo</i> - Editora Ed. da UFRGS (ISBN: 85-7025-632-9). José Marques de Melo - <i>História Social da Imprensa</i> - Editora EDIPUCRS (ISBN: 85-7430-383-6).

### 1.1.5 Teorias da imagem

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Domenech, Josep M. Catala - <i>A forma do real. Introdução aos estudos visuais</i> - Editora Summus (ISBN: 9788532307026).

## 1.2 Etapa 2

### 1.2.1 Introdução à fotografia

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Costa, Helouise; Silva, Renato Rodrigues - <i>A fotografia moderna no Brasil</i> - Editora Cosac (ISBN: 8575033425). Fox, Anna; Sawdon, Smith; Langford, Michael - <i>Fotografia básica de Langford : guia completo para fotógrafos</i> - Editora Bookman (ISBN: 9788577802760). Friend, Gisèle - <i>La fotografia como documento social</i> - Editora G. Gili (ISBN: 9688872083).

### 1.2.2 Mídia impressa

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
DONDIS, Donis A. - <i>Sintaxe da linguagem visual</i> - Editora Martins Fontes (ISBN: 8533623828).

### 1.2.3 Mídias audiovisuais

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CAMPOS, Flávio. - <i>Roteiro de cinema e de televisão</i> - Editora Zahar (ISBN: 9788571109858).
EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steven. - <i>A linguagem do cinema</i> - Editora Bookman (ISBN: 9788582600368).
GERBASE, Carlos. - <i>Primeiro filme. Descobrimdo. Fazendo. Pensando.</i> - Editora Artes e Ofício (ISBN: 9788574212111).

### 1.2.4 Teoria e técnica da notícia

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CAVERSAN, Luiz. - <i>Introdução do jornalismo diário: como fazer jornal todos os dias.</i> - Editora Saraiva (ISBN: 8502086472).
NASCIMENTO, Patricia Ceolin do. - <i>Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia.</i> - Editora Saraiva (ISBN: 8502086588).
PINTO, Ana Estela de Sousa. - <i>Jornalismo diário.</i> - Editora Publifolha (ISBN: 8574029114).

## 1.3 Etapa 3

### 1.3.1 Comunicação e cidadania

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Manzini Covre, Maria de Lourdes - <i>O que é cidadania</i> - Editora Brasiliense (ISBN: 85-11-01250-8).
MORIGI, Valdir; GIRARDI, Ilza M.T.; Cristóvão Domingos de. ALMEIDA.(orgs) - <i>Comunicação, Informação e Cidadania: refletindo práticas e contextos.</i> - Editora Sulina (ISBN: 9788520506141).
Pacheco, Ricardo de Aguiar - <i>O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)</i> - Editora Ed. da UFRGS (ISBN: 8570255837).

### 1.3.2 Comunicação na web

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
ANDERSON, Chris. - <i>A Cauda Longa.</i> - Editora Elsevier (ISBN: 9899514993).
JENKINS, Henry. - <i>A Cultura da Convergência.</i> - Editora Aleph (ISBN: 9788576570844).
KEEN, Andrew. - <i>O culto do amador. Como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores.</i> - Editora Jorge Zahar (ISBN: 978-85-378-0125-3).

### 1.3.3 Fotojornalismo

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Sousa, Jorge Pedro. - <i>Uma história crítica do fotojornalismo ocidental.</i> - Editora Argos (ISBN: 8585775556).

### 1.3.4 Jornalismo impresso I

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
COELHO, Marcelo. - <i>Crítica cultural: teoria e prática</i> . - Editora Publifolha (ISBN: 8574027146).
MELO, Jose Marques de. - <i>Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro</i> - Editora Mantiqueira (ISBN: 8585681292).

### 1.3.5 Teoria e técnica da entrevista jornalística

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CHRISTOFOLETTI, Rogério - <i>Ética no jornalismo</i> - Editora Contexto (ISBN: 978-85-7244-180-3).
MEDITSCH, Eduardo - <i>O rádio na Era da Informação</i> - Editora Insular (ISBN: 85-7474-022-5).
PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska; MELLO, Edna (Orgs) - <i>Telejornalismo em questão. Coleção Jornalismo Audiovisual. vol 4</i> - Editora Insular (ISBN: 978-85-7474-888-7).

### 1.3.6 Teorias da comunicação

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
LIMA, Luiz Costa - <i>Teoria da cultura de massa</i> - Editora Paz e Terra (ISBN: 9788577531684).
MARCONDES FILHO, Ciro. - <i>Até que ponto, de fato, nos comunicamos?</i> - Editora Paulus (ISBN: 8534922012).
SFEZ, Lucien - <i>Crítica da Comunicação</i> - Editora Loyola (ISBN: 8515010151).

## 1.4 Etapa 4

### 1.4.1 Cibercultura

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
HILLIS, Ken - <i>Sensações digitais</i> - Editora Unisinos (ISBN: 8574312320).
RÜDIGER, F. - <i>As teorias da cibercultura</i> . - Editora Sulina (ISBN: 9788520503409).

### 1.4.2 Jornalismo impresso II

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
LAGE, Nilson - <i>A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística</i> . - Editora Record (ISBN: 8501060909).
Lage, Nilson. - <i>Teoria e técnica do texto jornalístico</i> - Editora Editora Campus (ISBN: 8535215271).
LIMA, Edvaldo Pereira. - <i>Páginas ampliadas</i> . - Editora Unicamp.

### 1.4.3 Planejamento gráfico em jornalismo

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Lupton, Ellen; Stolarski, André - <i>Pensar com tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes</i> - Editora Cosac (ISBN: 8575035533).

### 1.4.4 Radiojornalismo I

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de - <i>Manual de radiojornalismo: produção, ética e internet</i> - Editora Campus (ISBN: 85-352-0744-9).
FERRARETTO, Luiz Artur - <i>Rádio - Teoria e prática</i> - Editora Summus (ISBN: 978-85-323-0946-4).
JUNG, Milton - <i>Jornalismo de rádio</i> - Editora Contexto (ISBN: 85-7244-281-2).

### 1.4.5 Telejornalismo I

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo e COUTINHO, Iluska (Orgs) - <i>#telejornalismo: nas ruas e nas telas - Coleção Jornalismo Audiovisual - Vol 2</i> - Editora Insular (ISBN: 978-85-7474-716-3).
PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska, Mello, Edna (Orgs) - <i>Telejornal e Praça Pública: 65 anos de telejornalismo</i> - Editora Insular (ISBN: 978-85-7474-888-7).
PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska; MELLO, Edna (Orgs) - <i>Telejornalismo em questão. Coleção Jornalismo Audiovisual - Vol 3</i> - Editora Insular (ISBN: 978-85-7474-805-4).

## 1.5 Etapa 5

### 1.5.1 Comunicação e política

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Gomes, Wilson - <i>Transformações da política na era da comunicação de massa</i> - Editora Paulus (ISBN: 8534920966).
Weber, Maria Helena - <i>Comunicação e Espetáculos da Política</i> - Editora UFRGS (ISBN: 8570255691).

### 1.5.2 Jornalismo impresso III

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Clarice Lispector - <i>Entrevistas</i> - Editora Rocco.
Perseu Abramo - <i>Padrões de Manipulação da grande imprensa</i> - Editora Perseu Abramo.

### 1.5.3 Radiojornalismo II

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>

### 1.5.4 Telejornalismo II

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CURADO, Olga. - <i>A Notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo</i> . - Editora Alegro.
LAGE, Nilson. - <i>A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística</i> . - Editora Record.
YORKE, Ivor. - <i>Telejornalismo</i> - Editora Roca (ISBN: 9788572416566).

### 1.5.5 Teoria do jornalismo I

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
TRAQUINA, Nelson. - <i>O estudo do jornalismo no século XX</i> . - Editora Unisinos. (ISBN: 8574310719).
TRAQUINA, Nelson. - <i>Teorias do jornalismo. volume 1</i> . - Editora Insular (ISBN: 857474204-X).
TRAQUINA, Nelson. - <i>Teorias do jornalismo. Volume 2</i> . - Editora Insular. (ISBN: 8574742414).

## 1.6 Etapa 6

### 1.6.1 Jornalismo impresso IV

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Clarice Lispector - <i>Entrevistas</i> - Editora Rocco.
Perseu Abramo - <i>Padrões de Manipulação da grande imprensa</i> - Editora Perseu Abramo.

### 1.6.2 Metodologias de pesquisa em comunicação

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) - <i>Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação</i> - Editora Atlas.
ECO, Umberto - <i>Como se faz uma tese</i> - Editora Perspectiva.
GIL, Antonio Carlos - <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> - Editora Atlas.

### 1.6.3 Radiojornalismo III

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Herreros, Mariano Cebrián - <i>La radio en internet</i> - Editora La Crujia (ISBN: 9789876010634).
Meditsch, Eduardo Barreto Vianna - <i>Teorias do rádio :textos e contextos</i> - Editora Insular (ISBN: 8574742694 (v. 1); 9788574744148 (v. 2)).
Prado, Magaly - <i>Produção de rádio :um manual prático</i> - Editora Elsevier (ISBN: 8535219364).

### 1.6.4 Telejornalismo III

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
NICHOLS, Bill. - <i>Introdução ao documentário</i> . - Editora Papirus.
SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. - <i>Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia</i> . - Editora Summus.
YORKE, Ivor. - <i>Telejornalismo</i> . - Editora Roca.



### 1.6.5 Teorias do jornalismo II

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CHARAUDEAU, Patrick. - <i>Discurso das mídias</i> . - Editora Contexto (ISBN: 8572443231).
FRANCISCATO, Carlos Eduardo. - <i>A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais</i> . - Editora Editora UFS (ISBN: 9788587110459).
TRAQUINA, Nelson. - <i>Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são</i> . V. 1. - Editora Insular (ISBN: 978-85-7474-627-2).

## 1.7 Etapa 7

### 1.7.1 Estudos críticos da comunicação

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
BARTHES, Roland - <i>Crítica e Verdade</i> - Editora Perspectiva (ISBN: 972441339x).
Hall, Stuart. - <i>Da diáspora</i> - Editora UFMG (ISBN: 9788570413567).
Lima, Luiz Costa - <i>Teoria da cultura de massa</i> - Editora Paz e Terra (ISBN: 8521903502).

### 1.7.2 Ética e jornalismo

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
Álvaro L. M. Valls - <i>O que é ética</i> - Editora Brasiliense (ISBN: 978-85-11-01177-7).
Caio Túlio Costa - <i>Ética, jornalismo e nova mídia</i> - Editora Jorge Zahar Editor (ISBN: 978-85-378-0124-6).
Daniel Comu - <i>Jornalismo e Verdade: por uma ética da informação</i> - Editora Instituto Piaget (ISBN: 972-771-228-2).

### 1.7.3 Jornalismo e administração

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira - <i>Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo</i> - Editora Editora da UFRGS (ISBN: 978-85-7025-973-8).
HAUSSEN, Dóris, e BRITTOS, Valério Cruz (orgs.) - <i>Economia Política, Comunicação e Cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira</i> - Editora Edipucrs (ISBN: 978-85-7430-823-4).
PORTER, Michael E. - <i>Estratégia competitiva</i> - Traduzido por Elizabeth Maria de Pinho Braga - Editora Elsevier/Campus (ISBN: 8535215263; 9788535215267).

### 1.7.4 Webjornalismo

<b>Bibliografia</b>
<b>Básica Essencial</b>
CAIRO, Alberto. - <i>Infografia 2.0. Visualización interactiva de información en prensa</i> . - Editora Alamut (ISBN: 8498890101).
RAMONET, Ignacio. - <i>A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias</i> . - Editora Publisher Brasil (ISBN: 9788585938727).
Suzana Barbosa - <i>Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD). Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos</i> . .